



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

ARIANE ALVES DA SILVA

**“ELAS POR ELAS”: A REPRESENTAÇÃO FEMININA NO LEGISLATIVO DOS
MUNICÍPIOS SUMÉ E MONTEIRO – PB**

**SUMÉ - PB
2018**

ARIANE ALVES DA SILVA

**“ELAS POR ELAS”: A REPRESENTAÇÃO FEMININA NO LEGISLATIVO DOS
MUNICÍPIOS SUMÉ E MONTEIRO – PB**

**Monografia apresentada ao Curso de
Licenciatura em Ciências Sociais do
Centro de Desenvolvimento Sustentável
do Semiárido da Universidade Federal de
Campina Grande, como requisito parcial
para obtenção do título de Licenciada em
Ciências Sociais.**

Orientadora: Professora Dr^a. Sheylla de Kassia Silva Galvão.

**SUMÉ - PB
2018**

S586e Silva, Ariane Alves da.
“Elas por elas”: a representação feminina no legislativo dos
Municípios de Sumé e Monteiro - PB. / Ariane Alves da Silva. -
Sumé - PB: [s.n], 2018.

65 f.

Orientadora: Professora Dr^a Sheylla de Kássia Silva Galvão.

Monografia - Universidade Federal de Campina Grande; Centro
de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Curso de
Licenciatura em Ciências Sociais.

1. Mulheres e participação política. 2. Mulheres políticas. 3.
Poder Legislativo e mulheres. 4. Representação política feminina no
Cariri Paraibano. 5. Feminismo. 6. Patriarcado. I. Título.

CDU: 328.124-055.2(043.1)

Elaboração da Ficha Catalográfica:

Johnny Rodrigues Barbosa
Bibliotecário-Documentalista
CRB-15/626

ARIANE ALVES DA SILVA

**“ELAS POR ELAS”: A REPRESENTAÇÃO FEMININA NO LEGISLATIVO DOS
MUNICÍPIOS SUMÉ E MONTEIRO – PB**

**Monografia apresentada ao Curso de
Licenciatura em Ciências Sociais do
Centro de Desenvolvimento Sustentável
do Semiárido da Universidade Federal de
Campina Grande, como requisito parcial
para obtenção do título de Licenciada em
Ciências Sociais**

BANCA EXAMINADORA:



**Professora Dr^a Sheylla de Kassia Silva Galvão
Orientadora – UACIS/CDSA/UFCG**



**Professora Dr^a Kelly Cristina Costa Soares
Examinadora I – UAGESP/CDSA/UFCG**



**Professor Me. Rafael Maracajá Antonino.
Examinador II – PPGCS/CH/UFCG**

Trabalho aprovado em: 20 de dezembro de 2018.

SUMÉ – PB

A todas as mulheres que lutam diariamente por um mundo igualitário. A minha pequena e fantástica família, especialmente a Pierre por iluminar minha vida e a Angélica por ser um exemplo de mãe e irmã. (Dedico)

AGRADECIMENTOS

Às forças divinas por me guiarem e me alimentarem em todo o caminho até aqui, quando tive incerteza e tudo pareceu perdido foi a fé que me guiou até aqui.

À minha mãe que desde pequena me dizia que ser mulher neste mundo não é fácil, que me ensinou a ter coragem para seguir meus sonhos e principalmente me incentivou a estudar.

À Angélica, minha irmã, meu muito obrigado por estar comigo em todos os momentos, por me passar confiança e coragem, quase minha segunda mãe. Obrigada por ter me ensinado desde nova a escrever, por ser meu exemplo e por ser essa mulher forte que cria nosso pequeno sozinha buscando dar o melhor de si para ele.

À Sheylla de Kassia Silva Galvão que orientou este estudo, és um dos meus exemplos de força e coragem. A disciplina de Teoria Política I, ministrada por você, me marcou enquanto aluna e aguçou ainda mais meu interesse pelas Ciências Sociais. Agradeço imensamente pelos ensinamentos dentro e fora de sala de aula, por toda a paciência e os conselhos que me deu.

À Rute Barros, amiga que a graduação me proporcionou e ao qual sou imensamente grata pela parceria nos atos de resistência e nas conversas sobre os mais diversos assuntos que me proporcionaram enxergar por ângulos diferentes muitas coisas da vida.

À Ana Clécia, por toda a ajuda nos mais variados momentos e por me fazer achar graça na vida com seu jeito peculiar de ver o mundo, obrigada pela parceria acadêmica e de vida.

Ao Coletivo VivaMulher por me proporcionar momentos de aprendizagem e resistência aos vários contextos pelos quais nós mulheres passamos.

Às vereadoras que se disponibilizaram a participar deste estudo, sem elas esta pesquisa não seria possível. Enfim, mulheres que estiveram presente em toda minha trajetória até aqui e que foram fontes de inspiração para este trabalho.

A Pierre Alves, por ser minha fonte de alegria e renovação e que por vezes bateu na porta do meu quarto para brincar e compreendeu em seu jeito infantil minhas ausências durante esse período.

A meu namorado, Filipe Gervásio, por estar comigo nessa caminhada me dando amor e sendo meu apoio nos mais diversos momentos, és uma luz em minha vida e sou imensamente grata por nossos caminhos terem se cruzado e por todo amor que temos.

A Rairan Silva, por ser o melhor amigo desse mundo e ter vivenciado comigo os momentos de dor e de felicidade, por ter sido meu apoio quando muitas vezes o mundo desmoronou para mim e que mesmo a distância sempre esteve por perto.

A José Rodrigues de Souza, por os diversos conselhos de vida e toda ajuda quando precisei sair do trabalho para estudar.

A todos os meus colegas de graduação da turma 2015.1, pelos momentos de reflexão em aula e pela longa caminhada até aqui, cada qual do seu modo, fizeram as noites que compartilhamos serem eternas e formativas para mim.

Aos amigos que fiz durante o período de ocupação do CDSA, momento que contribuiu significativamente para minha caminhada acadêmica e minha construção enquanto ser humano.

Aos professores que estiveram presentes em todo meu período de formação, do infantil até a agora pelas aprendizagens que me proporcionaram dar continuidade a essa caminhada.

Por fim, a todos que compõe a Unidade Acadêmica de Ciências Sociais e a Universidade Federal de Campina Grande – Campus CDSA, pelo excelente trabalho.

“Ainda que ganhemos salários menores, que estejamos em cargos mais baixos, que passemos por jornadas triplas, que sejamos subjulgadas pelas nossas roupas, violentadas sexualmente, fisicamente e psicologicamente, mortas diariamente pelos nossos companheiros, nós não vamos nos calar: as nossas vidas importam!

(Marielle Franco, 2018)

RESUMO

A conquista do direito político, especialmente o voto e a representação, não impediu a disparidade na participação feminina em relação a masculina, quanto a ocupação das mulheres em cargos de decisão no poder político, no Brasil é baixa. Neste sentido, este estudo pretende contribuir para compreensão das causas que levam a baixa representação das mulheres em espaços decisórios dos municípios e o impacto que essa escassez gera para a manutenção da desigualdade de direitos entre os gêneros. Desta forma, o presente trabalho tem por objetivo compreender as questões de representação e representatividade política da mulher dos municípios de Monteiro e Sumé, localizados no Cariri Paraibano. Trata-se de uma Pesquisa Descritiva de abordagem qualitativa e utilização de técnica de entrevista semi-estruturada e questionário com vinte e uma (21) questões e amostra de nove (9) vereadoras eleitas entre os anos de 2000 a 2016. Para tal, este estudo está ancorado na Teoria das Representações Sociais de Serge Moscovici (2010), por se tratar da compreensão da representatividade feminina a partir das características das candidaturas femininas. Os resultados encontrados nesta pesquisa possibilitaram compreender como ocorre a subordinação feminina à esfera privada e doméstica, por meio da divisão sexual do trabalho, bem como a polarização público-privado/masculino-feminino, construída socialmente, compõe as representações sociais do trabalho feminino e da relação mulher e política.

Palavras-chaves: Política. Gênero. Legislativo. Patriarcalismo. Cariri Paraibano.

ABSTRACT

The conquest of political law, especially voting and representation, did not prevent the disparity in the female participation in relation to the male, as the occupation of women in positions of decision in the political power, in Brazil it's low. In this sense, this study intends to contribute to an understanding of the causes that lead to the low representation of women in decision-making spaces of the counties and the impact that this scarcity generates for the maintenance of inequality of rights between genders. In this way, the present work aims to understand the issues of representation and political representation of women from the counties of Monteiro and Sumé, located in Cariri Paraibano. This is an exploratory research with a qualitative approach and use of a semi-structured interview technique and a questionnaire with twenty-one (21) questions and a sample of nine (9) city councilwomen elected from 2000 to 2016. For this, this study is anchored in the Theory of Social Representations of Serge Moscovici (2010), because it deals with the understanding of the female representativeness from the characteristics of the feminine applications. The results found in this research made it possible to understand how female subordination occurs to the private and domestic sphere, through the sexual division of labor, socially constructed, composes the social representations of the feminine work and the woman and political relation.

Key words: Politics. Gender. Legislative. Patriarchy. Cariri Paraibano.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

DEM – Democratas

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MDB – Movimento Democrático Brasileiro.

PFL – Partido da Frente Liberal

PMN – Partido da Mobilização Nacional

PPL – Partido Progressista Liberal

PPS – Partido Popular Socialista

PRP – Partido Republicano Progressista

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSD – Partido Social Democrático

PT – Partido dos Trabalhadores

TRE – Tribunal Regional Eleitoral

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Mulheres eleitas nos últimos 16 anos em Sumé – PB.	16
Figura 2	Mulheres eleitas nos últimos 16 anos em Monteiro – PB.	16

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Quadro 1- Caracterização das vereadoras de Sumé, de acordo com Idade, Estado civil, local de origem, formação profissional e quantidade de filhos.	34
Tabela 2	Quadro 2- Caracterização das vereadoras de Monteiro, de acordo com Idade, Estado civil, local de origem, formação profissional e quantidade de filhos.	35

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	OBJETIVOS	18
1.1.1	Objetivos Específicos	18
2	REVISÃO DE LITERATURA	19
2.1	O MOVIMENTO FEMINISTA NO BRASIL	19
2.2	REPRESENTAÇÃO E REPRESENTATIVIDADE FEMININA NA POLÍTICA	23
3	METODOLOGIA	29
3.1	TIPO DE ESTUDO	29
3.2	LOCAL DE ESTUDO	29
3.3	POPULAÇÃO E AMOSTRA	30
3.4	INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	30
3.5	TRATAMENTO DOS DADOS COLETADOS	31
3.6	POSICIONAMENTO ÉTICO DA PESQUISA	33
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES	34
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
	REFERÊNCIAS	60
	APÊNDICES	64
	APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	
	APÊNDICE B – Instrumento de Coleta de Dados	

1 INTRODUÇÃO

Uma das premissas em regimes democráticos é que os espaços de participação política sejam acessíveis à toda população. Entretanto, no Brasil, a participação das mulheres nos espaços de decisão política, ainda permanece baixa, bem como na maioria do mundo, principalmente se atentarmos ao percentual de mulheres que compõem a população brasileira e mundial.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) do ano de 2015, a população brasileira era estimada em cerca de 204.450.649 milhões de habitantes. As mulheres estavam estimadas em cerca de 103.894.681 milhões, ou seja, elas compunham mais da metade da população do país. Dados do *Inter Parliamentary Union* ¹apontam que no ano de 2015 o Brasil ocupava a posição de número 118º na classificação mundial de participação de mulheres no parlamento nacional. Atualmente o país ocupa a 155º posição no ranking mundial, o que afeta significativamente a consolidação do regime Democrático Representativo no Brasil. Neste sentido, entende-se que “Garantir a participação das mulheres nos espaços de poder, é, portanto, garantir a completude da Democracia, pois não pode haver Democracia Representativa quando a esmagadora maioria dos cargos eletivos são compostos apenas por um dos gêneros, no caso, o masculino.” (LIMA e COSTA, 2016, p. 477).

Para diminuir a disparidade de representação entre homens e mulheres, a Lei 9.504/97, em seu artigo 10, §3º, prevê que no mínimo 30% e no máximo 70% das candidaturas por partido ou coligação sejam compostas por mulheres. Porém, a lei não estabelece uma reserva de vagas ou punição legal para os partidos e coligações que a descumpram, tornando por vezes a política de cotas de gênero ineficaz para garantir a ocupação de mulheres nas cadeiras legislativas. Basta observar o número que elas ocupam no Congresso Nacional atualmente, dos 81 senadores, apenas 13 são mulheres, já dos 513 Deputados Federais apenas 51 são mulheres. Ou seja, na prática somente a política de cotas de gênero não supre a necessidade de inclusão da mulher no parlamento.

Na Paraíba, dos 37 Deputados Estaduais eleitos² apenas 3 são mulheres. No entanto, dados do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba (TRE), apontam que, no estado com relação ao eleitorado; dos 2.911.274 votantes, as mulheres são 1.536.597, ou seja, representam 53% do eleitorado, porém, possuem representação mínima na Assembléia Legislativa da Paraíba.

¹ Disponível em: <<http://archive.ipu.org/wmn-e/classif.htm>>

² Disponível em: www.al.pb.leg.br/deputados

Para Lima e Costa (2017) a participação política das mulheres no âmbito legislativo ao redor do mundo faz parte não de um processo de moralização, mas fortalece a efetivação do próprio conceito de cidadania e de democracia moderna. A desigualdade de gênero na política evidencia o déficit na consolidação do regime democrático no Brasil, assim como também levanta importantes questionamentos no que tange os aspectos culturais da nossa sociedade que fazem da inserção feminina na política um desafio, pois delimita os papéis sociais que homens e mulheres devem assumir o que, conseqüentemente, afeta a vida política.

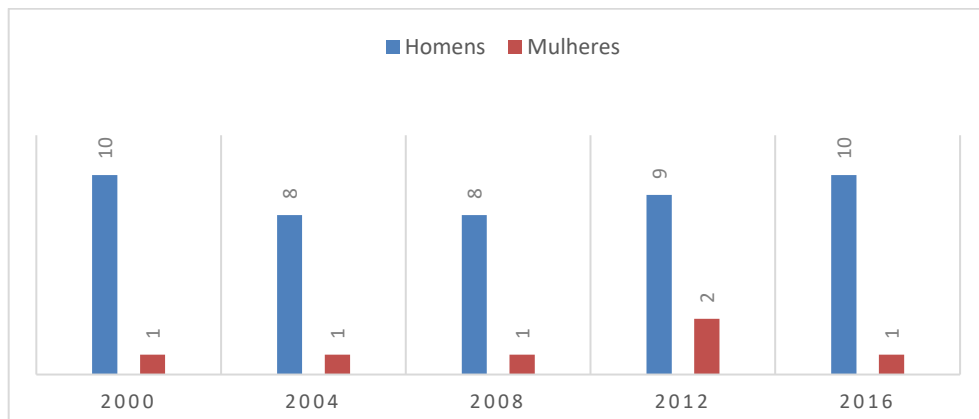
Desde a conquista pelo sufrágio feminino sem restrições no Brasil em 1934 até hoje, ainda é nítida a condição subjugada com que a mulher é vista. No estado da Paraíba, assim como em todo Brasil, os estereótipos de gênero no que concernem as posições sociais femininas e masculinas ainda permanecem enraizados socialmente, o que explica a pouca participação das mulheres no campo político, mesmo sendo elas, como apontam os dados, a maioria do eleitorado.

Em cidades do interior essa característica fica ainda mais forte pela falta do debate político amplo acerca de temas como as desigualdades de gênero, o que contribui significativamente para perpetuação dos estereótipos do que é considerado papel masculino e feminino.

Diante dessa conjuntura, a discussão da representatividade feminina no parlamento torna-se fundamental, pois são as mulheres o público mais afetado. Seguindo a lógica representativa entende-se que as mulheres podem melhor representar e defender os interesses de outras mulheres, visto que estas condições as atingem diretamente.

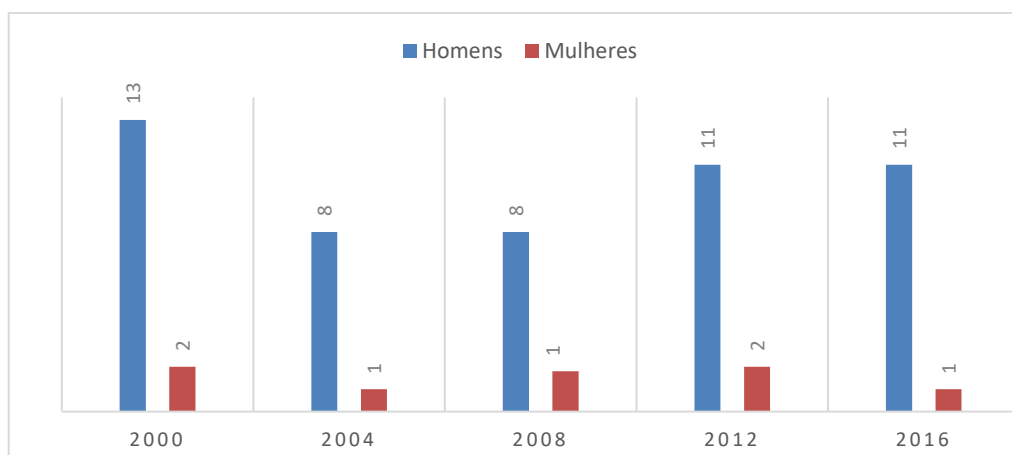
Para desenvolver a presente pesquisa elegemos os municípios de Sumé e Monteiro localizadas no cariri paraibano, onde resido, partindo da inquietação enquanto mulher acerca da representação feminina nos espaços de decisão política, bem como a escassez de políticas públicas municipais que atendam ao público feminino e a relação direta desses fatores com a carência de representação das mulheres em cargos políticos, especificamente no poder legislativo dos respectivos municípios.

No município de Sumé, na última eleição, dos onze (11) vereadores eleitos, apenas uma (01) é mulher, em relação ao eleitorado, segundo dados do Tribunal Regional Eleitoral, o número de votantes do município eram 12.667, as mulheres correspondem a 6.613, ou seja, representam 52,21% do eleitorado.

Gráfico 01 - Candidatos eleitos por gênero, Sumé – PB (2000 a 2016):

Fonte: Dados TRE.

Em Monteiro a situação é semelhante, na última eleição para o cargo de vereador (a), dos treze (13) vereadores eleitos, apenas uma (01) é mulher. Em relação ao eleitorado do município o número de votantes é de 23.932, as mulheres correspondem a 12.508 do eleitorado, ou seja, representam 52,26% do eleitorado. No entanto, nas eleições dos últimos quatorze anos para o poder executivo do município, as mulheres tem dominado este espaço, entretanto, no poder legislativo esse fenômeno não tem se repetido. Segundo os dados, podemos observar a disparidade quanto à ocupação dos cargos no poder legislativo, a maioria que ocupa as cadeiras do poder legislativo nos municípios é masculina.

Gráfico 02 - Candidatos eleitos por gênero, Monteiro – PB (2000 a 2016):

Fonte: Dados TRE.

Neste sentido, este estudo se justifica pela necessidade de compreensão do fenômeno da baixa representação política da mulher nos espaços legislativos e executivos do país, tomando como amostra os municípios de Monteiro e Sumé.

Desta forma, este trabalho pretende contribuir para compreender as causas que levam a escassez de representação das mulheres em espaços decisórios dos municípios e avaliar o impacto que essa escassez gera para a manutenção da desigualdade de direitos entre os gêneros com a seguinte questão de pesquisa: Qual o motivo da baixa participação política da mulher na esfera legislativa municipal de Monteiro e Sumé?

1.1 OBJETIVO GERAL

- ✓ Compreender a questão da representação e representatividade feminina no poder legislativo nos municípios de Sumé e Monteiro.

1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ✓ Analisar o histórico de representação feminina nos municípios;
- ✓ Verificar as condições em que as vereadoras são eleitas e se há influência de parentesco masculina;
- ✓ Apontar a relação entre a filiação partidária e familiar das eleitas;
- ✓ Compreender características dos mandatos das vereadoras eleitas em relação a representação dos interesses femininos.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 O MOVIMENTO FEMINISTA NO BRASIL

Não é possível falar sobre representação feminina na política sem mencionar a luta do Movimento Feminista, devido a sua importância enquanto elemento de mobilização da ação política das mulheres. A organização das mulheres, enquanto movimento, nasce na Europa no século XIX, com o movimento sufragista que reivindicava o direito ao voto feminino.

No Brasil, também surge tendo como foco a luta das mulheres pelo voto, liderada por Bertha Lutz durante a década de 1920, especialmente com a criação da Sociedade Brasileira para o Progresso Feminino. No entanto, há poucos registros históricos quanto ao protagonismo da mulher brasileira, já que a reconstituição histórica da mulher no Brasil esbarra em dificuldades provocadas pelo caráter injusto e elitista de nossa sociedade, não permitindo que tantas mulheres tenham tido condições de escrever sua própria história (TELES, 2017).

Segundo, Pinto (2003) o feminismo brasileiro daquela época estava ligado a personalidades, a organização enquanto grupo por vezes derivava de um esforço pessoal de alguma mulher, na maioria das vezes intelectual, que buscava romper os papéis estabelecidos e se colocava dentro do espaço público reivindicando os direitos femininos.

Com influência do movimento feminista europeu, a luta feminina pelo voto ganha força e se espalha nos estados brasileiros com sucessivas tentativas de mulheres a lutarem pelo voto e até mesmo pela candidatura. No entanto, o direito ao voto feminino no Brasil foi concedido somente na década de 1930, especialmente em consequência com a Revolução de 30.

O direito de voto só se tornou realidade para as mulheres depois da Revolução de 30. Esta, embora originada por uma divisão no seio das oligarquias que dominavam o Brasil, teve de reconhecer a necessidade de espaço pleiteado por setores da população antes de simplesmente ignorados ou, no caso dos trabalhadores, tratados sempre como caso de polícia. Neste contexto foi que à luta pelo voto feminino conseguiu resultado positivo, o voto incorporado à Constituição Brasileira de 1934, com ajuda de Cartola Pereira de Queirós, a primeira Constituinte Brasileira (TELES, 2017, p.46).

O feminismo à brasileira nasce, então, pela busca de cidadania feminina. No entanto, esta primeira manifestação feminista pelo sufrágio se abstinha das discussões acerca da

dominação masculina nos ambientes públicos e das discussões acerca da posição de poder privilegiada do homem na sociedade.

A Primeira geração feminista nasce nos anos 1960 e foi marcada pela luta por reconhecimento da igualdade entre homens e mulheres (COSTA E BRUSCHINI, 1992). Enquanto o momento era propício as manifestações na Europa pela revolução cultural, o contexto político brasileiro era de intensa repressão com o Golpe Militar de 1964, o governo militar instaurou a política de terror e repressão, qualquer movimento social era considerado uma ameaça a ordem vigente no país. Mesmo nesse contexto, o feminismo encontrou na virada para a década de 1970, terreno para seu desenvolvimento e ampliação de pautas. Esse movimento segue por toda a América Latina, como destaca Valdivieso:

En América Latina se reconoce como primera ola del feminismo a la etapa de luchar por el derecho al sufragio y a la educación.. La segunda está identificada como un “renacer” del feminismo en los años sesenta y setenta, en el contexto de transformaciones contraculturales en Occidente. El impacto de la Revolución Cubana, así como procesos intensos de “modernización y desarrollo”, en la mayoría de los países latinoamericana. En los años 80 estuvo marcado por la resistencia a las dictaduras y por las propuestas de democratización de la vida. En los noventa, por las denuncias y movilizaciones en contra del modelo neoliberal (VALDIVIESO, 2012, p.20)³.

As reivindicações do feminismo latino-americano ganham outro tom a partir dos anos 1970, ocorre, então, uma expansão de pautas da luta do movimento feminista, influenciada pelo contexto sociopolítico da época, marcado pela luta contra as ditaduras e pela redemocratização. No Brasil, o desenvolvimento do movimento feminista em pleno governo Médici e regime militar fizeram com que o feminismo ganhasse emergência dentro e fora do país pelas mulheres exiladas.

Enquanto as mulheres no Brasil organizavam as primeiras manifestações, as exiladas, principalmente em Paris, entravam em contato com o feminismo europeu e começavam a reunir-se, apesar da grande oposição dos homens exilados, seus companheiros na maioria, que viam o feminismo como um desvio na luta pelo fim da ditadura e pelo socialismo. (PINTO, 2003, p.17).

³Tradução Livre. “Na América Latina, a primeira onda do feminismo é reconhecida como a luta pelo direito ao sufrágio e à educação, e a segunda é identificada como um “renascimento” do feminismo nos anos 60 e 70, no contexto de transformações contraculturais no Ocidente. O impacto da revolução cubana e processos intensos de “modernização e desenvolvimento” na maioria dos países latino-americanos. Nos anos 80, foi marcado pela resistência às ditaduras e pelas propostas de democratização da vida. Nos anos noventa, pelas denúncias e mobilizações contra o modelo neoliberal”.

Os eventos ocorridos em 1972 apontam para essa ampliação no feminismo no Brasil, o congresso promovido pelo Conselho Nacional da Mulher, liderado pela advogada Romy Medeiros, juntamente com as reuniões de grupos de mulheres em São Paulo e Rio de Janeiro, demonstram essa nova marca do feminismo à brasileira. Essas manifestações indicam a ascensão de um novo feminismo. Pinto (2003) coloca essa ascensão como uma espécie de transição do que a autora chama de feminismo “bem comportado” ao qual tinha como líder Bertha Lutz e não discutia a estrutura social e a dominação masculina do espaço público, para um feminismo “mal comportado” que começava a discutir e propor formas de enfrentamento a questões consideradas tabus pela sociedade, como por exemplo, a violência doméstica.

Apesar da palavra “feminismo” ainda assustar, formam-se mais grupos informais de mulheres, fortalecendo o movimento no Brasil. É também com o enfraquecimento do Regime Militar e o crescimento do movimento pela anistia que as mulheres exiladas retornam para o Brasil originando uma nova forma de pensar a condição da mulher e seu papel na sociedade.

O feminismo aparece como um movimento libertário, que não quer só espaço para a mulher – no trabalho, na vida pública, na educação –, mas que luta, sim, por uma nova forma de relacionamento entre homens e mulheres, em que esta última tenha liberdade e autonomia para decidir sobre sua vida e seu corpo. Aponta, e isto é o que há de mais original no movimento, que existe uma outra forma de dominação – além da clássica dominação de classe –, a dominação do homem sobre a mulher – e que uma não pode ser representada pela outra, já que cada uma tem suas características próprias. (PINTO, 2003, p.16)

Em 1975 a Organização das Nações Unidas (ONU) oficializa a comemoração do Dia Internacional da mulher como marco da necessidade de abolição da desigualdade de gênero. Nesta época a luta do movimento se concentra em torno da igualdade no mundo do trabalho e na visualização e combate a violência doméstica.

Na década de 1980 a luta das mulheres ganha força em todo mundo, sobretudo no ocidente. No Brasil, a década de 1980 representou a década da mulher, com ênfase no ano de 1985 e a criação das Delegacias Especializadas em Atendimento à Mulher (DEAMs).

Com a redemocratização do país, o movimento feminista a partir da década de 1990 começa a se manifestar de outras formas. A criação de Organizações Não Governamentais (ONGs) voltadas para o atendimento da mulher sinaliza uma extensão do movimento que passa a se organizar agindo diretamente na esfera pública, passando a assumir de forma profissionalizada a pressão junto ao Estado, bem como atuou diretamente dentro do Estado,

através da conquista de espaços nos conselhos, secretarias, coordenadorias, entre outros. O movimento feminista se expandiu em várias formas de organização e identidades feministas. Assim, pode-se deduzir que em hipótese o feminismo do século XXI, evidencia a existência de múltiplas identidades e tendências feministas, caracterizando um feminismo mais difuso na sociedade.

O movimento feminista no Brasil seguiu em suas especificidades, em três vertentes, a primeira fase tendo como foco a luta das mulheres por direitos políticos, essa vertente se abstinha de discussões acerca da dominação masculina. A segunda caracterizada pelas múltiplas formas de manifestação, tocando nas mais variadas questões, mas principalmente em temas como sexualidade e divórcio, polêmicos para a época. A terceira vertente “menos comportada” se manifesta diversificadamente, trata-se de um movimento de mulheres trabalhadoras, intelectuais e militantes dos movimentos de esquerda, tendo como central a questão da exploração do trabalho (PINTO, 2003).

O feminismo encontra, atualmente, grandes barreiras no âmbito sócio-político brasileiro. Longe de um consenso com a sociedade brasileira, o feminismo no Brasil sofre hoje com uma crescente distorção e criminalização da luta feminista pelos setores conservadores da sociedade brasileira, ao qual tem ganhado força nas mais diversas esferas sociais e políticas, especialmente após a mudança de governo em 2016, em que Michel Temer ascendeu ao poder por meio de um processo duvidoso de Impeachment que retirou da presidência a primeira presidente mulher do Brasil, Dilma Rousseff, e que inaugurou com os discursos de Temer o retrocesso em termos de ocupação dos espaços públicos e privados, relegando à mulher ao espaço doméstico e o homem ao espaço público⁴.

Isto é visivelmente observado pelas várias declarações do presidente em exercício a respeito da função da mulher, como cuidar do lar e ser responsável por ir ao supermercado, por exemplo, bem como pelo fato de que em seu governo nenhuma mulher ocupa algum cargo no alto escalão, pois não há uma só ministra mulher.

O mesmo discurso misógino⁵ se observa no futuro governo do presidente eleito para o mandato 2019-2022, Jair Bolsonaro, que defende que mulheres devam ganhar menos que os homens devido a sua condição reprodutiva ou mesmo sua atitude violenta em relação as mulheres, sendo o mesmo réu já condenado em Segunda Instância pela agressão a então deputada Maria do Rosário, quando a xinga de “vagabunda” e profere a frase que vem a ser

⁴ Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/discursos/discursos-do-presidente-da-republica/discorso-do-presidente-da-republica-michel-temer-durante-cerimonia-de-comemoracao-pelo-dia-internacional-da-mulher-brasilia-df>>

⁵ O conceito de misoginia se refere ao ódio e a repulsa pelas mulheres, em geral, pelo feminino.

bastante divulgada pela mídia: “não te estupro porque você não merece”.⁶ Além de várias discussões e agressividade em entrevistas conduzidas por jornalistas mulheres.

O que pode indicar o início de um novo ciclo do movimento no Brasil, apesar das discussões sobre a dominação masculina dos espaços públicos terem diminuído ao longo do tempo, atualmente tem se evidenciado em decorrência da questão da representatividade política e dos discursos misóginos do Governo Federal.

Anteriormente a esta conjuntura atual o debate feminista estava concentrando em uma discussão do feminismo acadêmico, sobretudo sobre os direitos reprodutivos e a vivência da transsexualidade e das diversas identidades de gênero. Embora a Quarta geração do Movimento Feminista detenha-se a discutir as formas de ocupação dos espaços públicos, sobretudo em relação a violência contra a mulher e no ciberespaço.

O contexto sociopolítico brasileiro atual parece indicar um novo “renascer” do feminismo que vem atuando de forma diversa contra o conservadorismo social, uma dessas esferas é a luta pela ocupação de cargos dentro dos espaços de poder público como forma de representação política de uma pauta tipicamente feminina.

2.2 REPRESENTAÇÃO E REPRESENTATIVIDADE FEMININA NA POLÍTICA

Um dos aspectos que podemos usar para entender a razão da escassa representação feminina na política é a forma como são definidos os papéis sociais de homens e mulheres historicamente. Recorremos, então, ao conceito de gênero, segundo Farah (2004) para os teóricos e teóricas da diferença, este refere-se basicamente a construção cultural de papéis tidos como “naturais” sobre a condição feminina e masculina, construídos socialmente tendo como base de sustentação a explicação biológica. Entre homens e mulheres estabelecem uma polarização entre masculino e feminino, produção e reprodução, público e privado. Para o feminismo o poder encontra-se na esfera pública, estando nessa polarização a origem da subordinação das mulheres.

Enquanto para Connell (2015) gênero é a base das relações sociais que se centra na arena reprodutiva. O gênero está ligado a maneira pela qual a sociedade dá significado aos corpos e as conseqüências dessas significações dentro do âmbito individual e coletivo em que atuam.

⁶ Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/12/pgr-denuncia-bolsonaro-no-stf-por-suposta-incidentacao-ao-estupro.html>>

Portanto, o conceito de gênero não estabelece fundamentos fixos, bem como, a categoria mulher não pode ser compreendida de forma homogênea, simplesmente em oposição ao homem, o que reforça o modelo binário e a heteronormatividade como regra social. Neste sentido, abordaremos aqui a categoria mulher e a naturalização das divisões do trabalho por práticas sexuais, observando o lugar do feminino na vida social como algo atrelado aos sentidos que suas atividades adquirem, onde o poder é o ponto central e está atrelado a atuação no espaço público.

Partindo da polarização público-privado, seria papel feminino cuidar dos filhos e do lar, enquanto o homem se ocuparia do trabalho e sustento da casa. Assim, a mulher estaria designada a cuidar das atividades de esfera privada e o homem das atividades públicas. Em certo sentido, esta forma de organização perdura até hoje, o que torna a inserção das mulheres no âmbito político um desafio, já que atualmente boa parte das mulheres enfrenta dupla jornada de trabalho.

Bourdieu (2014) compreende que as aparências biológicas e os efeitos da socialização do biológico e biologização do social produziu nos corpos e nas mentes uma construção social naturalizada (os “gêneros” como *habitus* sexuais), como fundamento *in natura* da arbitrária divisão que está no princípio não só da realidade como também da representação da realidade.

O homem é colocado superior e dominante nas questões da esfera pública, enquanto a mulher pertenceria a posição inferior, destinada ao âmbito privado. A dominação masculina seria legitimada, portanto, nas estruturas sociais, como na educação, religião, na cultura, família e no próprio Estado, construído sob um viés machista que perdura na reprodução da relação de homens e mulheres como superior e inferior. Nesse sentido, o referido autor afirma que:

A dominação masculina encontra, assim, reunidas todas as condições de seu pleno exercício. A primazia universalmente concedida aos homens se afirma na objetividade de estruturas sociais e de atividades produtivas e reprodutivas, baseadas em uma divisão sexual do trabalho de produção e de reprodução biológica e social, que confere aos homens a melhor parte (BOURDIEU, 2014, p. 45).

Esta divisão é, então, naturalizada e incorporada socialmente, funcionando como formas de percepção, pensamento e ação. Assim, pode-se levantar a hipótese de que as mulheres não chegam aos cargos políticos devido a naturalização da inferioridade feminina em uma sociedade dominada pela figura masculina como superior.

A soberania masculina constitui um tipo de violência simbólica (BOURDIEU, 2014) que se refere a um tipo de violência “suave”, insensível e invisível a suas próprias vítimas, que se exerce no ambiente simbólico da comunicação e também do conhecimento. Este tipo de violência simbólica está presente no *habitus* da sociedade, a lógica da dominação se constitui pelo reconhecimento do dominado e do dominante de que isto é “natural”.

Esta dominação masculina no âmbito político é entendida como natural, eles são vistos como dominantes do espaço e do trabalho público, de modo que, a pouca participação feminina é entendida por estes atores sociais – dominante e dominado- muitas vezes, como algo “naturalizado”.

Enquanto isso, Beauvoir (1967), afirma que ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhuma característica física, biológica, psíquica ou econômica define o papel que a mulher assume na sociedade, é a civilização que define e elabora os papéis qualificados como masculino e feminino. Assim, a organização social dos papéis masculinos e femininos é fundamental para compreender não somente a escassez de representação feminina na política, mas também a sua sub-representação.

Como vimos anteriormente, os papéis femininos e masculino são construídos social e culturalmente, a partir da divisão sexual do trabalho e da polarização público-privado foram construídos estereótipos de gênero associados ao comportamento feminino e masculino. Santana e Benevoto (2013, p. 1) destacam que “desse modo, as mulheres são vistas como passivas atribuindo-lhes as qualidades como paciência, fragilidade, emoção, enquanto as qualidades ativas como agressividade, força, dinamismo, que caracterizam o masculino”. Sob esses aspectos, as carreiras políticas femininas se constituiriam através de uma imagem associada ao cuidado, a fragilidade, a docilidade, a imagem da boa mãe que gere a casa e os filhos.

Esses elementos permitem compreender a forma de inclusão das mulheres na política no que tange a sua pouca ocupação nesses espaços, assim como, também avaliar a relação entre o papel social que é imposto a mulher e como este se perpetua também na esfera política. Assim, “a invisibilidade política ou não presença provém da dimensão intrínseca de relações de domínio e subordinação, portanto, de relações de gênero” (LIMA e COSTA *apud* BARBOSA, 2016, p. 478).

Em pesquisa recente da ONG internacional Save The Children⁷, o Brasil foi considerado o pior país da América Latina para nascer menina, um dos pontos de ênfase é

⁷Disponível em: <<https://www.savethechildren.org/us/what-we-do/events/save-every-last-girl>>

justamente a falta de representação feminina no parlamento do país. Mesmo com a política de cotas de gênero no Brasil, instituída desde 1997, cerca de 20 anos de sua aprovação, a efetividade da mesma fica questionada ao observarmos o baixo percentual de cargos ocupados pelo gênero feminino no parlamento, a exemplo dos cargos para Deputado Estadual na Paraíba, dos 37 Deputados eleitos apenas 3 são mulheres. Para Araújo (2002), apesar das poucas candidaturas femininas, o problema deve-se as condições gerais que marcam o processo, como o peso de alguns aspectos da política brasileira relevantes sobre a experiência da política de cotas.

Compreender o cenário atual da presença feminina nas instâncias de representação implica trabalhar com multiplicidade de causas, envolvendo diferentes dimensões de análise, sistêmicas e não-sistêmicas, e incorporando o contexto específico a fim de que possam ser identificados traços comuns e particulares à idade gênero e poder político. (ARAÚJO, 2002, p. 239)

Apesar de ter sua efetividade por vezes questionada, a política de cotas deu visibilidade a gritante diferença entre homens e mulheres na ocupação dos cargos políticos no Brasil, trazendo a tona debates específicos sobre essa condição. É importante destacar que a desigualdade de gênero na política evidencia o déficit na consolidação do regime democrático no Brasil, assim como também levanta importantes questionamentos no que tange os aspectos culturais da nossa sociedade que fazem a inserção da mulher na política um desafio, pois delimita os papéis sociais que homens e mulheres devem assumir socialmente e, conseqüentemente, na vida política.

Nesse sentido, um dos modos de efetivar a lei seria um aprimoramento da mesma. Como citado, um dos fatores que contribuem para a não efetivação da lei é a falta de punição e fiscalização aos partidos políticos que a descumprem, a alteração na legislação poderia contribuir significativamente para o aumento de candidaturas femininas que receberiam mais incentivo dos partidos.

Com relação à dificuldade de acesso que enfrentam as mulheres na política, Scott (1989, p. 23) afirma que “a política só constitui um dos domínios onde o gênero pode ser utilizado para análise histórica”. Para a autora, a política foi uma das áreas de maior resistência à inclusão de questões sobre mulheres e sobre gênero.

Dentro da política “o gênero foi utilizado literalmente ou analogicamente pela teoria política, para justificar ou criticar o reinado de monarcas ou para expressar relações entre governantes e governados” (SCOTT, 1989, p.24). Neste sentido, a relação entre gênero e

política parte de uma polarização entre dominante e dominado, o elemento poder é próprio do dominante, esta dicotomia simboliza a forma como estão estruturadas as relações de gênero e poder na sociedade.

Biroli (2018) chama a atenção justamente para como as análises sobre democracia e a sub-representação feminina pouco tem levado em conta a divisão sexual do trabalho como condicionante da escassa representação de mulheres na política, como fica demonstrado:

Na imensa maioria das análises de democracia, a suspensão da divisão sexual do trabalho como problema político é correlata da invisibilidade da posição das mulheres e em especial, das relações de gênero. A abordagem restrita da democracia, em que a política é autonomizada relativamente ao cotidiano e às relações sociais, é o que possibilita essa atitude (BIROLI, 2018, p. 43)

A escassez da representação da mulher nos espaços de decisão política seria explicada justamente por essa estrutura de símbolos pouco percebidos socialmente, assim como o fenômeno da sub-representação que consiste nessa representação ainda arraigada a ideia de uma docilidade feminina, mesmo no âmbito político, deriva dessa polarização cultural onde o papel do homem é de dominante que vê a mulher como sua propriedade e não como igual.

Ainda segundo Biroli (2018) a própria Ciência Política e no pensamento político, em sentido mais amplo, a política é marcada pela concepção de que esta é uma esfera distinta e relativamente antagônica a vida doméstica e ao mercado que constituiriam esferas privadas. A partir disso, a polarização público-privado e a divisão sexual do trabalho invisibilizam as questões de gênero e poder, marginalizando a discussão dessas condicionantes como fatores da baixa representação feminina.

Para Arendt (2002), o sentido da política é a liberdade, o espaço público e principalmente a esfera política se constitui na liberdade. Neste sentido ao ocuparem esses espaços permite que as mulheres avancem cada vez mais no que tange a inclusão da mulher na política e o avanço da conquista a direitos iguais, assumindo uma política mais igualitária do ponto de vista representativo.

A polarização entre público e privado através da divisão sexual do trabalho é uma das principais condicionantes da escassez de candidaturas femininas, bem como da subordinação feminina, como colocado por Farah (2004), anteriormente. É no espaço público que se encontra o “poder político”, a ocupação feminina desse espaço significa o avanço na ruptura dessa polarização, bem como, dá visibilidade a condição que a mulher é vista socialmente.

Apesar de ainda tímida e problemática, a representação feminina na política brasileira teve avanços consideráveis. No entanto, é preciso avançar ainda mais. A ruptura dessa

polarização social através das reivindicações do Movimento Feminista no Brasil e na América Latina é o que vem permitindo a ascensão das mulheres aos espaços de poder político e social, demonstrando novos rumos de análise quanto à questão da representação e representatividade feminina.

Nesse sentido que este trabalho é construído, buscando demonstrar a necessidade de representação e, conseqüentemente, de representatividade feminina para efetivação dos direitos e o exercício da cidadania, o que possibilita a consecução da igualdade social, especialmente no Brasil atual.

3 METODOLOGIA

3.1 TIPO DE ESTUDO

O presente estudo trata-se de uma Pesquisa Descritiva com abordagem qualitativa e utilização de técnica de entrevista para coleta dos dados e ancorada na Teoria das Representações Sociais de Moscovici (2010), como método de análise do material obtido.

As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis. (...) uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como questionário e a observação sistemática. (GIL, 1996, p. 46).

Este estudo é uma pesquisa de cunho qualitativo, embasada em bibliografia específica acerca do assunto. Segundo Vieira (2009) na pesquisa qualitativa o pesquisador busca levantar opiniões, crenças e o significado das coisas nas palavras do participante da pesquisa, através da interação com as pessoas, mantendo sua neutralidade, buscando conhecimento para questões a qual as informações disponíveis ainda são insuficientes.

Assim, o presente trabalho busca levantar informações sobre os critérios de participação feminina política, especialmente levantando importantes informações sobre esta participação.

3.1 LOCAL DE ESTUDO

O estudo foi realizado tendo como cenário os municípios de Monteiro e Sumé, ambos localizados no Cariri Ocidental Paraibano. A escolha destes municípios ocorreu como elemento de compreensão da realidade local a fim de servir para a elaboração de diagnósticos situacionais da região do Cariri. O município de Monteiro é composto por 30.852 mil habitantes⁸ e o município de Sumé é composto 16.060 mil habitantes, segundo dados do censo de 2010 do IBGE⁹.

⁸ Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/monteiro/panorama>>

⁹ Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/sume/panorama>>

3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA

A presente pesquisa foi realizada com nove eleitas para o cargo de vereador nos respectivos municípios, com a pretensão de compreender a questão da representação e representatividade feminina na política.

Foram realizadas entrevistas com as vereadoras eleitas entre os anos 2000 a 2016. Segundo dados do TRE, nos últimos dezesseis anos, ao todo, onze mulheres foram eleitas no legislativo dos municípios, cinco mulheres ocuparam o cargo de vereadora no município de Sumé, enquanto em Monteiro seis foram eleitas.

Devido a dificuldade de localizar duas das vereadoras, uma do município de Sumé e outra do município de Monteiro, o trabalho se deu com apenas quatro das eleitas de Sumé e cinco das vereadoras de Monteiro. Das quatro vereadoras sumeenses apenas uma pode realizar a entrevista, as outras três foram aplicados os questionários.

No município de Monteiro as entrevistas foram realizadas com as cinco vereadoras que passaram pela câmara municipal nos anos de 2000 a 2016.

3.3 INSTRUMENTOS DE COLETA DOS DADOS

Para coleta de dados foi utilizada a técnica de entrevista semiestruturada e questionário, as duas técnicas de coletas foram utilizadas neste estudo devido as impossibilidades do campo de pesquisa, algumas das vereadoras não tiveram disponibilidade para a realização da entrevista, somente do questionário que foi entregue as mesmas para coleta posterior.

Para as entrevistas e os questionários, foi elaborado previamente um roteiro organizado em duas partes: a primeira composta de cinco perguntas para levantamento de dados pessoais: nome, idade, local de nascimento, estado civil, etc. A segunda parte é constituída de perguntas acerca da carreira política das vereadoras, formada por quatorze perguntas abertas, ambos constam dos Apêndices B e C.

A entrevista semiestruturada foi escolhida para a coleta de dados pelo seu caráter interativo, onde os questionamentos possibilitariam surgir novas hipóteses a partir das respostas dos entrevistados, dando maior autonomia a entrevistador(a) e entrevistado(a). Triviños (1967) destaca que a entrevista semi-estruturada parte de questionamentos básicos apoiados em teorias e hipóteses que interessam à pesquisa e oferecem amplo campo de

interrogativas, abrindo margem para novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebe as respostas do entrevistado.

Já o questionário, segundo Lakatos (2003) é um instrumento de coleta de dados onde as perguntas devem ser respondidas por escrito sem a presença do pesquisador, sendo preenchido e devolvido posteriormente.

As entrevistas tiveram início na primeira semana do mês de Outubro de 2018, sendo garantido o anonimato das respectivas participantes. Enquanto os questionários foram entregues no início de Novembro, devido ainda a tentativa da realização da entrevista durante todo o mês de Outubro. O roteiro de perguntas para a entrevista e questionário está colocado no Apêndice B.

3.4 TRATAMENTO DOS DADOS

O percurso metodológico parte da compreensão sobre a questão da representação e representatividade da mulher na política legislativa dos referidos municípios. A partir disso, os dados coletados serão analisados com base na abordagem teórico-metodológica da Teoria das Representações Sociais (TRS) de Serge Moscovici, por se tratar da compreensão da representatividade feminina a partir das características das candidaturas femininas.

O fenômeno das representações sociais, segundo Moscovici (2013, p. 46) “devem ser vistas como uma maneira específica de compreender e comunicar o que nós já sabemos.” Estas representações dizem respeito ao modo como os sujeitos atribuem sentido e percepções que reproduzam o mundo de forma significativa.

Dentro da sociologia clássica, foi trazido pelo sociólogo Émile Durkheim o conceito de representações coletivas, semelhante as representações sociais trazidas por Moscovici.

As Representações Coletivas traduzem a maneira como o grupo pensa nas suas relações com os objetos que a afetam. Para compreender como a sociedade se representa si própria e ao mundo que a rodeia, precisamos considerar a natureza da sociedade e não a dos indivíduos. Os símbolos com que ela se pensa mudam de acordo com a sua natureza (...). Se ela aceita ou condena certos modos de conduta, é porque entram em choque ou não com alguns dos seus sentimentos fundamentais, sentimentos estes que pertencem a sua constituição. (MINAYO *apud* DURKHEIM, 1995, p.90)

No entanto, a teoria de Moscovici se distancia de Durkheim ao afirmar que as representações sociais não têm caráter estático, para Durkheim as representações coletivas

assumem o papel de integrar e conservar a sociedade não sendo passíveis de mudança, enquanto para Moscovici (2013) as representações sociais são partilhadas coletivamente, repensadas, re-citadas e re-apresentadas.

Neste sentido, ao partir da análise e identificação de como se vêem essas mulheres dentro do âmbito político, conseguimos compreender a questão da representação e representatividade feminina partindo dos critérios e motivações dessas mulheres ao se candidatarem e desenvolverem suas propostas, com base no conceito das representações sociais, considerando que estas se manifestam em “palavras, sentimentos e condutas que se institucionalizam, portanto, podem e devem ser analisadas a partir da compreensão das estruturas e dos comportamentos sociais” (MINAYO, 1995, p. 108). Sobre a pesquisa em representações sociais.

A pesquisa sobre representações sociais apresenta um caráter ao mesmo tempo fundamental e aplicado e recorre a metodologias variadas: experimentação em laboratório e em campo, enquetes por meio de entrevistas, questionários, técnicas de associação de palavras; observação participante; análise documental e de discurso etc. (JODELET, 2001, p.12)

Assim, utilizaremos também da análise de discurso como método de tratamento de dados, aplicando as duas metodologias no tratamento dos dados recolhidos no intuito de abordar a questão da representatividade.

A análise de discurso trabalha o ponto de articulação da língua com a ideologia e procura explicitar o modo como se produzem as ilusões do sujeito e dos sentidos (os pontos de estabilização referencial e os de subjetivação). Nesse processo, o analista deve evidenciar a compreensão do que é a textualização do político, a simbolização das relações de poder, o modo de historicização dos sentidos, o modo de existência dos discursos no sujeito, na sociedade e na história (CAPELLI; MELLO e GONÇALVES *apud* ORLANDI, 2003, p.9).

Pretendemos identificar as simbologias das relações de poder que estão presentes na fala das entrevistadas com a pretensão de atender ao objetivo geral e aos objetivos específicos deste estudo.

3.5 POSICIONAMENTO ÉTICO DA PESQUISA

Esta pesquisa seguiu o que preconiza a Resolução Nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde. Apesar das Ciências Sociais não disporem de uma legislação específica a respeito dos procedimentos éticos a serem adotados quando em realização de pesquisa que envolva seres humanos, o Projeto de Pesquisa, elaborado previamente, serviu de norte para as questões éticas, já que traçou as etapas das pesquisas e as diretrizes para coleta de dados. A todo tempo da execução da pesquisa foram observados o que a legislação preconiza, especialmente no trato com a população pesquisada.

Assim foi adotado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para garantir o anonimato das participantes da pesquisa, bem como assegurando a divulgação dos dados apenas em meios científicos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os dados coletados por meio da entrevista possibilitaram compreender como as vereadoras se vêem dentro do âmbito político e como construíram sua carreira política, conseguimos compreender a questão da representação e representatividade feminina partindo das representações sociais dessas mulheres sobre o trabalho feminino na câmara ao se candidatarem e desenvolverem suas propostas.

Todas as participantes receberam e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assegurando seu anonimato, utilizaremos como identificação somente as iniciais **VS** para indicar as vereadoras do município de Sumé e **VM** para indicar as vereadoras de Monteiro, juntamente com numeral para indicar a quantidade de participantes.

Quadro 1- Caracterização das vereadoras de Sumé, de acordo com Idade, Estado civil, local de origem, formação profissional e quantidade de filhos.

VEREADORA	IDADE	LOCAL DE NASCIMENTO	ESTADO CIVIL	FORMAÇÃO	QUANTIDADE DE FILHOS
VS1	57 anos	Sumé – PB	Casada	Publicidade e Propaganda	Três filhos
VS2	46 anos	Sumé – PB	Solteira	Administradora	Nenhum
VS3	29 anos	Brejo da Madre de Deus – PE	Casada	Profissional – Produtora de eventos.	Duas filhas
VS4	52 anos	Sumé – PB	Solteira	Geografia e gestão pública	Nenhum

Fonte: Coleta direta de dados.

As informações apresentadas no quadro acima mostram que das quatro mulheres que foram vereadoras apenas duas são casadas e tem filhos. No que diz respeito a formação apenas uma não possui formação superior, atuando na produção de eventos.

Quadro 2- Caracterização das vereadoras de Monteiro, de acordo com Idade, Estado civil, local de origem, formação profissional e quantidade de filhos.

VEREADORA	IDADE	LOCAL DE NASCIMENTO	ESTADO CIVIL	FORMAÇÃO	QUANTIDADE DE FILHOS
VM5	60 anos	Recife – PE	Solteira	Superior incompleto	Quatro filhos
VM6	70 anos	Monteiro – PB	Casada	Pedagogia	Cinco filhos
VM7	70 anos	Prata – PB	Solteira	Geografia	Nenhum
VM8	51 anos	Monteiro – PB	Solteira	Assistente Social	Uma filha
VM9	45 anos	Monteiro – PB	Casada	Pedagogia	Três filhos

Fonte: Coleta direta de dados.

Os dados apresentados no quadro acima mostram que das cinco vereadoras entrevistadas, três são solteiras, no que diz respeito aos filhos, apenas uma não tem nenhum filho. Já quanto a formação, apenas uma delas não completou o Ensino Superior.

Cabe destacar quanto a formação superior das vereadoras de Monteiro como estas são profissões associadas ao trabalho de mulheres, cursos de formação em ensino ou assistência social são frequentemente ligados ao trabalho feminino e a esfera doméstica de gerenciamento da casa e dos filhos.

“(…) os estudos de letras sempre são mais prováveis as moças e os estudos de ciências mais prováveis para os rapazes: reconhece-se aí a influência dos modelos tradicionais da divisão do trabalho (e dos dons) entre os sexos”. (BOURDIEU, 2018, p. 19)

Bourdieu (2018) a partir de seus estudos sobre o sistema de ensino francês exemplifica como essa condição se dá, os estudos associados principalmente a formação docente são mais prováveis para as mulheres, não devido a uma condição inata, mas ao modelo de divisão sexual do trabalho.

Estes dados permitem uma melhor caracterização do perfil das vereadoras participantes desta pesquisa, das nove entrevistas apenas uma se candidatou uma única vez.

Nesta seção são apresentados e discutidos os conteúdos oriundos das entrevistas e questionários. A entrevista/questionário se deu em duas partes, a primeira constituída de perguntas acerca de dados socioeconômicos, como idade, estado civil, etc.

A segunda parte da entrevista se deu em torno da carreira política das candidatas. A seguir destacamos as falas das vereadoras acerca da carreira política e de como foi o processo quando entraram na política.

“Um desafio, muita dedicação, trabalho e muito prazer em servir aos que mais precisam.” (VS1)

“Difícil, mas satisfatório”. (VS3)

“Olha, eu entrei na política em 2012, foi de uma forma interessante, eu estava nessa mesma mesa conversando com meu pai, ele me dizia da importância dessa participação. Meu pai era muito politizado, ele dizia da vontade e da importância de ter alguém na família que seguisse a carreira política e eu disse pai eu vou tentar. Em 2012, eu fiz uma carta proposta ao povo de Sumé, que se chamava “Carta aberta ao povo de Sumé”, elenquei minhas propostas e consegui ser eleita vereadora aqui do município”. (VS4)

“Na realidade a política sempre esteve bem próxima de mim. Eu nasci e me criei no meio político, meu avô, Oscar Feitosa Neves foi vereador na cidade de Monteiro na época dos anos de 60 e eu sempre gostei sempre fui apaixonada por política durante todo o decorrer da minha vida acompanhava meus familiares e todos os partidos políticos de Monteiro. As campanhas ferrenhas que houve aqui na época de 60, Arnaldo Lafayete, Antenor Campos Silva Brito, Jorge Rafael de Menezes, tantos outros que passaram. Eu entrei na política no ano de 1994 com meu esposo, foi candidato a vice-prefeito na chapa com Raul Formiga e eu pela primeira vez fui candidata a vereadora. (VM5)

“Foi através de amizades, meus amigos e amigas, ai ficavam insistindo e assim... Eu tinha muito contato com as pessoas porque na época eu vendia ouro. Eu tinha muito conhecimento, eu gostava antes disso de política. Sempre fui uma pessoa bem carismática, gostava e gosto ainda de ajudar as pessoas no que podia participar. (...) Eu gosto muito de política, uma política limpa, honesta, não sou de tá de um lado nem de outro. Eu toda vida só fiquei só do lado de Carlos Batinga acompanhando ele até hoje”. (VM6)

“Eu entrei pra política em 1988, não tinha nenhuma mulher na Câmara nessa época e submeti meu nome ao julgamento do povo e fui eleita e passei os quatro anos”. (VM7)

“Eu era secretária de saúde na época e a pedido do povo e do prefeito em exercício coloquei meu nome a disposição do pleito”. (VM8)

“O início nós tínhamos um grupo de pessoas, colegas de trabalho né, sou professora e na escola onde trabalho a gente tinha um pessoal que sempre conversava a respeito de política e nasceu o desejo dentro de mim para ver algo acontecer: mudança um desejo pela mudança vendo a necessidade de, sobretudo ter professores. A vontade de influenciar como sou professora sinto demais isso a gente vê né, dentro da sala de aula, principalmente no caso das mulheres a gente sente a falta de mais mulheres envolvidas na política e isso foi nascendo dentro de mim o desejo de influenciar as pessoas”. (VM9)

A partir das falas acima observamos que as vereadoras demonstram uma afinidade com a vida política e através de influência familiar ou do círculo de amizade decidiram embarcar na vida pública. Apenas duas delas citam a falta de representação feminina no legislativo como ponto significativo do processo de candidatura. Este dado nos apresenta como a questão da representação feminina ainda é marginalizada dentro da política, sendo pouco questionada pelos próprios atores sociais que a vivenciam.

Uma das entrevistadas responde que ingressou na vida política porque, enquanto Secretária Municipal de Saúde recebeu o pedido do prefeito para se candidatar. O que a entrevistada não esclarece ou não consegue visualizar é que a sua vida política se iniciou anteriormente a sua candidatura ao legislativo, pois o cargo que a mesma ocupava enquanto Secretária de Saúde é tipicamente político, por indicação, haja vista que se trata de cargo de confiança, comissionado.

Durante as entrevistas as vereadoras demonstraram um interesse anterior a candidatura pela política, quase todas buscaram um reeleição e obtiveram sucesso na renovação do mandato apesar das dificuldades encontradas no processo de candidatura ou no exercício do primeiro mandato, o que desmistifica o dito popular “mulher não gosta de política”, este ainda permeia os discursos acerca da relação mulher e política e é usada como justificativa para a disparidade entre homens e mulheres quanto a ocupação dos assentos no poder político.

As respostas ao serem perguntadas sobre a motivação que as levou a candidatar-se para cargo de vereadora são um desenrolar da questão anterior, como podemos ilustrar através das respostas das vereadoras.

“Trabalhando há muitos anos servindo a população através do Gabinete do Deputado Quintans, senti vontade de servir diretamente as pessoas do meu município e, recebendo incentivo de amigos, enfrentei o desafio e deu certo”. (VS1)

“Amigos. Acreditar que poderia fazer algo por alguém. Ou seja, ajudar o próximo”. (VS2)

“Meu marido e amigos”. (VS3)

“Como eu te disse, foi uma conversa com meu pai, meu pai sempre muito politizado. Ele nasceu em Serra Branca e sempre participo indiretamente da política de lá, nunca se candidatou, mas sempre participou sempre estava no meio dos grandes debates. Meu pai foi uma pessoa que na época do Zé farias Braga aqui em Sumé quando houve todo um levantamento contra o nosso grande prefeito de um levante que houve inclusive com o pessoal de Monteiro. Como meu pai sempre politizado ele me mostrou a vontade de ter alguém na política que representasse o senhor Ramiro Barbosa na política, e eu resolvi né, a primeira candidatura foi assim, resolvi me candidatar para que a família tivesse um representante que levasse a vontade popular para o legislativo” (VS4)

“Foi sempre o gosto pela política e na época junto com meu marido Chuta ele gostava, gostava não, gosta muito de política e um incentivou o outro, mais eu incentivei ele e ele se candidatou a vice prefeito com Raul e o que me motivou foi sempre o gosto pela política, sempre gostei apesar de hoje com 60 anos não apreciar mais porque eu passei dois mandatos como lhe disse, o primeiro mandato fui eleita no segundo mandato foi eu e meu marido eleitos vereadores, acredito que foi uma coisa inédita uma casa sair dois candidatos a vereadores e ser eleito os dois. Fomos eleitos e tivemos muitos dissabores na política, eu pelo menos sai fora, Chuta continua ainda batalhando ai, as coisas que vi e que vejo desagrada muito (...)” (VM5)

“Para mim ter mais uma chance de ajudar o pessoal, a nação, os amigos aqui de Monteiro até os de fora também, até os de fora também, não só era de Monteiro vinha gente de Sertânia de outros lugares a mim que trabalhava eu sou professora e na época estava trabalhando. Depois que me candidatei e ganhei, eu fui trabalhar no hospital para dar uma força ao pessoal” (VM6)

“Eu achei que precisava de uma figura feminina na câmara para que as pessoas, as mulheres tivessem mais oportunidade, ficasse mais a vontade para serem atendidas e por isso eu me candidatei” (VM7)

“Foi justamente isso, a vontade de influenciar de fazer diferente de lutar pelos direitos. Influenciar como um todo, a sociedade em geral” (VM9)

Das nove vereadoras que participaram desta pesquisa, apenas oito responderam a esta questão. Dentro das falas é possível destacar a influência masculina pela figura paterna, do marido e de uma personalidade política e como essas representações permeiam o processo de

candidatura das vereadoras, ao elencarmos isso se percebe como a política tem sido um espaço masculino. Apenas uma das entrevistadas indica, mesmo que não diretamente, o desejo ou a necessidade de representação e representatividade feminina na política.

Cabe destacar, como, desde o início da República no Brasil, a política tinha um gênero específico, nesse caso o masculino.

(...) foi a mulher o elemento mais afastado das correntes de transformações sociais e políticas, afastamento esse deliberadamente promovido pelos homens numa atitude francamente hostil à participação da mulher em toda e qualquer atividade, que extravasasse os limites da família (SAFFIOTI, 1969, p. 173)

Durante muito tempo as mulheres foram marginalizadas da política devido a construção de um modelo de família patriarcal que se desenvolveu dentro também da política, “a família patriarcal fornece, assim, o grande modelo por onde hão de se calcar, na vida política, as relações entre governantes e governados (...)” (HOLANDA, 1985, p. 85) mesmo sendo hoje o Brasil, um país de regime Democrático Representativo é tímida a participação das mulheres dentro da política, em hipótese, devido a divisão sexual do trabalho e da forma como a política nacional tem sido historicamente.

Ao elencarmos esses fragmentos da história acerca da política brasileira e do conceito de patriarcado fica demonstrado como a cultura política do país foi estruturada, assim, durante as entrevistas perguntamos as vereadoras acerca do parentesco dentro da política, se elas possuíam algum parente nesse meio.

“Sim. Francisco Duarte da Silva Neto”. (VS1)

“Não”. (VS2)

“Meu marido”. (VS3)

“Não. Na minha família aqui na cidade de Sumé, apenas eu entrei na vida pública e na vida política. Sou filha de pais Ramiro Barbosa só cursou até o terceiro ano, mas era muito politizada lia muito assistia muito jornais, minha mãe analfabeta, mas também tinha aquele senso de equilíbrio dela né, era o equilíbrio dentro dessa casa. Em Serra Branca eu tinha um primo que inclusive falecido, foi assassinado, vereador Dea Xavier, Geraldo Xavier de Serra Branca, mas agora só eu. Nós não temos tradição, não somos de família tradicional como tantas oligarquias políticas que existem só eu ingressei na política”. (VS4)

“Já, como lhe disse anteriormente tinha meu avô que foi vereador na cidade de Monteiro, tive Dr. Chico que era meu primo foi prefeito aqui em Monteiro, tive deputados que eram da família, primos que foram deputados estaduais que eram do nosso sangue, então é uma família que tem tradição política assim, tem pessoas políticas dentro na nossa família”. (VM5)

“Não”. (VM6)

“Não”. (VM7)

“Sim, eu tenho dois irmãos que já passaram por essa casa, foram vereadores também e tive também um irmão candidato a prefeito da cidade que não teve êxito, mas assim minha família é uma família de pessoas que são envolvidas na política”. (VM9)

Uma das vereadoras do município de Monteiro não respondeu a esta questão, a subjetividade da pergunta e a recusa a resposta podem estar associadas a um receio em admitir parentesco dentro da política por ser, por vezes, uma forma de facilitar as candidaturas por meio das influências de nomes políticos.

Ao examinarmos as condições de disputa política e de inserção da mulher na política, a forma como estas construíram a sua imagem pública estão estruturadas sob vivências construídas por meio de influência familiar na política e pouquíssimas de atuação em movimentos sociais.

Nesta questão, das oito vereadoras que responderam acerca do parentesco na política, quatro delas possuem parentes dentro do universo político e tem família ligada a política seja no poder legislativo ou executivo, todos os parentes citados pelas vereadoras são homens: primos, maridos, irmãos, é possível destacar como a política tem se dado como um universo masculino. Esse quadro familiar na política não é uma exceção típica das vereadoras no cariri paraibano, tem sido historicamente a instituição familiar a dominar a esfera política.

O quadro familiar torna-se, assim, tão poderoso e exigente, que sua sombra persegue os indivíduos mesmo fora do recinto doméstico. (...) O resultado era predominarem, em toda vida social, sentimentos próprios a comunidade doméstica, naturalmente particularista e antipolítica, uma invasão do público pelo privado, do Estado pela família (HOLANDA, 1995, p.82)

Holanda demonstra a força do modelo de família patriarcal no Brasil, essa influência se destaca também nas relações políticas, em hipótese esses “sentimentos domésticos” colocam as mulheres em uma posição a margem da política.

Desta forma “às vezes, diante de um contexto de dificuldades e obstáculos, várias mulheres se inserem no meio político vinculado a “nomes de família” (marido, filhos, tios, irmãos) e a grupos oligárquicos” (LIMA; NASCIMENTO & PONTES, 2016, p.316). Essa inserção é problemática a medida que se constata que essa parece ser uma via de acesso mais “fácil” para essas mulheres e não rompe com as condicionantes estruturais e institucionais que fazem da inserção da mulher na política um desafio.

Dentro dos questionários e do roteiro de entrevista, perguntamos também acerca do partido ao qual elas escolheram participar e quais os critérios para a escolha deste, tendo em vista que o partido representa também as ideologias defendidas pelas vereadoras, bem como, podem influenciar no êxito eleitoral.

A seguir destacamos as falas das vereadoras quando perguntadas acerca dos partidos políticos que se candidataram pela primeira vez, se permaneceram nele e os critérios de escolha.

“Foi o Partido da Frente Liberal - PFL¹⁰, mantendo-me no mesmo na segunda eleição. Sempre filiada ao partido PFL seguindo orientações de Evaldo Gonçalves, deputado Federal e líder político do Cariri” (VS1)

“PPS, mudei. Partido novo no município, com idéias novas e os participantes jovens”. (VS2)

“PMN, estou no mesmo. Meu marido era o presidente do partido”. (VS3)

“Meu primeiro partido, eu era filiada ao PMDB¹¹, hoje MDB. Por questões de divergências do programa do próprio partido eu me filiei ao PSB, Partido Socialista Brasileiro partido do governador Ricardo Coutinho e do governador eleito João Azevedo, inclusive fui eleita pelo PSB. Divergências justamente no campo do enfrentamento nas questões da mulher, por que o PMDB daquela época, hoje MDB que retirou o P do partido. Dentro do seu programa eu não via muitas políticas de inclusão as mulheres e quando eu li o programa do Partido do governador Ricardo Coutinho, inclusive durante uma conversa que nós tivemos lá na Granja era um almoço que ele ofereceu as vereadoras da Paraíba mesmo que não fosse do seu partido para mostrar o seu plano de governo e eu me encantei pelo programa do PSB porque ele reflete muito mais o meu pensamento de inclusão feminina, de programas de políticas públicas voltadas para a

¹⁰ Atual DEM – Democratas, vide nota de rodapé oito (8).

¹¹No cenário político atual, vários partidos políticos atuantes, especialmente desde a Redemocratização do país, modificaram seu nome em grande parte devido a estarem envolvidos em escândalos de corrupção ou mesmo pela crise da representatividade política.

mulher, de criação nos municípios de conselhos do direito da mulher... e aquilo me encantou e eu resolvi sair do PMDB e ingressei no PSB”. (VS4)

“Me candidatei pelo PRP e me mantive os dois mandatos pelo PRP”. (VM5)

“PSD, continuo”. (VM6)

“Foi na época PFL que hoje é o DEM. Nunca, desde que fui candidata pela primeira vez até hoje, ainda sou filiada. Se deu porque eu tinha um amigo que era deputado estadual, deputado Nilo Feitosa, e ele me convidou e eu fui delegada do PFL”. (VM7)

“PSB, na segunda foi pelo PPL”. (VM8)

“Me candidatei pela primeira vez pelo PT e continuo no PT. Base ideológica, vontade de ver mudança né, sentindo a carência da mulher na política foi por isso que me dediquei, como professora né que vejo a necessidade de mudança de transformação na sociedade”. (VM9)

Os dados coletados demonstram duas atenuantes que influenciam na escolha do partido pelas vereadoras: ideologia e influência masculina. Complementando a questões anteriores quanto a forma como estas construíram a sua imagem pública e como para mulheres em atuação nos movimentos sociais pouco aparecem dentro disputa política, bem como, o espaço político tem sido predominantemente masculino.

Ainda a respeito da relação partido e candidatura feminina Batista (2018) afirma que a principal razão da não participação feminina parece ser justamente o controle que os partidos exercem em relação às candidaturas femininas, mostrando que a estrutura de poder partidária no Brasil é, historicamente, dominada por homens.

Podemos inferir que, é provável que o envolvimento dessas mulheres na política esteja condicionado a conciliação do trabalho feminino na esfera privada e pública, o que dificultaria a inserção feminina nesses espaços já ocupados pelos homens. Neste sentido, a inserção em partidos por influência masculina – aos quais são atores consolidados devido a naturalização da divisão sexual do trabalho e a polarização público-privado – pode ser um meio de inserção na esfera política, levando em consideração como essa atenuante, que é o capital político de nomes influentes masculinos na esfera pública, pode influenciar no êxito eleitoral.

A seguir destacamos as falas das vereadoras quando perguntadas sobre as dificuldades e preconceitos que enfrentaram na vida política.

“Não, nunca fui vítima de preconceito. Sempre fui tratada pelos meus pares com grande respeito, até porque soube lidar com todas as responsabilidades dos mandatos e nunca tive nenhum problema que não pudesse resolver”. (VS1)

“Sim”. (VS2)

“Não”. (VS3)

“Sim, pra você ter uma idéia em 2012 na minha primeira eleição havia duas mulheres era eu e Juliana Lima nós eras vereadoras, só nós só duas. Depois em 2016, apenas eu represento o universo feminino dentro daquela Câmara, mas nós sofremos preconceito sim mesmo que velado, porque nos vivemos numa sociedade muito machista e muito paternalista e isso faz com que tenhamos que ter realmente conhecimento daquilo que a gente quer e daquilo que devemos defender. Sofremos preconceito sim, muitas vezes velado, que foi tão velado que está vindo a tona aí nesse universo dessas últimas eleições que estamos participando”. (VS4)

“Não, por ser mulher não, não acredito não houve preconceito nenhum por ser mulher, como te disse anteriormente fui vítima de perseguição política de mesquinha, oposição, porque nos éramos oposição ao governo então éramos visto com maus olhos, nada era pra vir para nossas mãos nada era pra vir através de nós, não era perseguição política a mulher era perseguição política ao partido que a mulher estava”. (VM5)

“Não, na minha época não. Não tive preconceito nenhum, dificuldade a gente sempre tem, mas não era tanto não, mas preconceito jamais era muito bem aceita”. (VM6)

“É claro, enfrentei muitos na época. Os homens eram maioria, só tinha eu de mulher, eles tinham preconceito comigo, depois foram quebrando e eles foram se acostumando aí outros mandatos foram aparecendo outras mulheres”. (VM7)

“Não, assim, desde que eu cheguei a câmara fui muito bem recebida. Apesar que como eu venho de um grupo de pessoas que faz campanha completamente diferente, que faz campanha de conscientização que

vai pra rua que faz comício de rua que leva as pessoas uma consciência, então eu tinha uma roupa, vamos dizer assim, as pessoas tinha até medo de quando eu chegasse a câmara achando que eu ia fazer muita bagunça, muita baderna, muita confusão e na realidade eu senti uma certa repulsa quando cheguei, mas no momento que cheguei que comecei a tomar pé de todas as coisas, não hoje eu não sinto de maneira nenhuma, eu sou muito bem tratada aqui na câmara municipal, mas sinto falta sim de mais mulheres na política, me sinto só aqui nesse lugar”. (VM9)

A desigualdade de gênero como destacamos anteriormente neste estudo, é uma das condicionantes da escassez da participação feminina na política, essa desigualdade estaria sutilmente dentro da vida social, como na divisão sexual do trabalho, por exemplo, de forma que por vezes esta divisão entre os sexos é naturalizada, como afirma Bourdieu:

A divisão entre os sexos parece estar na “ordem das coisas” como se diz por vezes para falar por daquilo que é normal, natural e a ponto de ser inevitável: ela está presente, ao mesmo tempo, no estado objetivado nas coisas (...), em todo mundo social e, em estado incorporado, nos corpos e nos *habitus* dos agentes funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação (BORDIEU, 2014, p.17).

Das oito vereadoras que responderam esta questão, quatro colocam que existe e que foram vítimas de preconceito, destacando o preconceito velado que ocorre com a ocupação das mulheres em cargos políticos. A partir das repostas das vereadoras percebemos que para a maioria delas não houve preconceito na sua atuação na câmara pelo seu gênero, a partir disso podemos fazer duas inferências, a primeira seria de que parte das eleitas entende como preconceito de gênero uma ação direta e objetiva contra elas associada ao fato de ser mulher.

Partindo da citação de Bourdieu (2014), a segunda inferência seria da naturalização da divisão entre os sexos, neste sentido, isto estaria sistematizado dentro dos esquemas de percepção dessas mulheres, o preconceito praticado de forma velada seria observado como algo natural e, portanto, não seria entendido como preconceito.

Destacamos na sequência as respostas das vereadoras quando perguntadas sobre as características de seus mandatos e suas propostas dentro do legislativo municipal.

“Lutar pela implementação de obras e ações beneficiando prioritariamente o bem estar social da população do município tanto da zona urbana como rural”. (VS1)

“Honestidade, buscar auxiliar as pessoas carentes, comprometimento, respeito, transparência”. (VS2)

“Trabalhar pelo social em todas as áreas”. (VS3)

“Meu mandato sempre foi um mandato popular, tenho um gabinete na câmara aberto ao público, minha casa como você viu tá sempre de portas abertas, você viu quando chegou aqui eu estava na calçada sentada conversando com as pessoas. Então, meu mandato é pautado pela vontade da população, eu visito alguns bairros todas as semanas, vou a zona rural, converso com as pessoas das associações comunitárias. Eu fui forjada nos movimentos sociais, eu venho das associações, dos grêmios estudantis então por isso essa minha veia política. Meu mandato ele é pautado na vontade do povo. Não jogo pra platéia, pq alguns jogam aquilo que está bem no momento a pessoa vai lá e vota, eu não, analiso aquilo que for bom para meu povo eu estou lá para votar”. (VS4)

“Assim, é como eu lhe disse assim, a minha prioridade sempre foi mais a zona rural, eu sempre trabalhei mais pela zona rural, a pequena parcela que contribui foi nas fundações das associações comunitárias, eu fundava e sempre dava assistência, sempre estava lá todo mês para as reuniões periódicas que tinha com a diretoria, com os sócios e ajudando procurando ver melhorias para zona rural, então meu marco assim foi mais na zona rural, o que eu foquei mais sempre foi mais na zona rural, mas nunca deixei de ajudar aquelas pessoas que me procuravam que necessitavam, você sabe que não muito longe a política era um pouco diferente, o povo procurava através de um remédio, uma viagem, uma doença então a gente sempre estava presente nesses momentos se muitas vezes disse um não é porque na realidade não tinha condições de resolver aquele problema mas os problemas que vinham pra mim e pra Chuta a gente sempre procurava resolver da melhor maneira possível”. (VM5)

“Minhas propostas eram sempre aceitas, me dava muito bem com todos os vereadores. Era sobre a gente fazer alguma coisa por aquelas pessoas que necessitavam da zona rural eu vim da zona rural e depois vim morar na cidade e da cidade também”. (VM6)

“O que mais eu combati e o que mais eu fiz no meu mandato foi exatamente eu trabalhar em beneficio das pessoas carentes, aquelas pessoas que não tinha vez nem voz e eu era a voz feminina na câmara”. (VM7)

“Os mandatos que exerci tiveram como características principais, a fiscalização e o acompanhamento dos gastos da administração municipal como também da defesa dos interesses dos servidores municipais na elaboração e aprovação das leis que beneficiasse a classe, tais como insalubridade e periculosidade”. (VM8)

“Uma das principais características do meu mandato é a conscientização e uma das principais coisas que eu venho batendo na tecla é justamente a necessidade das pessoas participarem ativamente da vida pública. Por que a gente é muito criticado as pessoas dizem “ah, porque vereador não faz nada” “ah porque político é ladrão” então já taxa aquele candidato aquele político mas na realidade não há um acompanhamento daquele processo todo as pessoas no momento da eleição no processo político da eleição as pessoas se reúnem as pessoas pegam suas bandeiras vão pra rua mas na realidade passou aquele momento acabou, as pessoas não entenderam que é preciso acompanhar o mandato do candidato é preciso ficar de olho e isso é uma das coisas... É um calo pra mim porque eu sinto muita falta da população, até mesmo no momento que a gente chama as pessoas para vir”. (VM9)

Observemos nas falas das vereadoras, no que concerne ao trabalho feminino na política está associado à emotividade, a sensibilidade e ao cuidado, assim, ao desenvolverem suas propostas políticas a esfera social e o trabalho em áreas de vulnerabilidade parece ser a principal característica dos mandatos femininos, das nove vereadoras apenas duas destacam a conscientização de uma política de participação e de fiscalização da administração pública.

Isto ocorre devido a naturalização da divisão sexual do trabalho, essa divisão socialmente construída permeia também as características dos mandatos feminino, a ênfase nas propostas com maior participação em áreas de vulnerabilidade da sociedade demonstra justamente esses aspectos de sensibilidade e emotividade ligados aos estereótipos do que deve ser o comportamento feminino.

Há uma naturalização de que estas seriam características inerentes as mulheres e suas funções na política, fica demonstrado também ao serem questionadas sobre sua pauta política. O âmbito social e a idéia de dar voz aos excluídos aparecem característica da pauta política feminina, como fica destacado na fala das vereadoras a seguir:

“Ainda antes de me eleger pela primeira vez realizei o projeto de Eletrificação Rural das Comunidades Conceição, Porteiras, Riacho das Porteiras e outras, ansiosamente esperado pela população há quase 50 anos. Durante os dois mandatos atuei muitas vezes como líder do Prefeito Neto encaminhando e defendendo projetos e ações da Prefeitura assim como muitos outros da minha própria autoria cujos registros se encontram nos anais da Câmara Municipal de Sumé”. (VS1)

“Elaborei vários requerimentos, votamos o orçamento, etc”.(VS2)

*“Da mesma forma, vim de movimentos sociais. **Você podia citar?** Grêmios estudantis, associações comunitárias de bairro e rurais, fui coordenadora de cinquenta associações comunitárias rurais aqui no município de Sumé. Inclusive uma pauta minha dentro da câmara é justamente o governo municipal criar um núcleo de apoio as associações de bairro e rurais, justamente para que essas pessoas sejam orientadas por advogados por contadores, nós sabemos que eles tem muita boa vontade, mas falta um pouco ainda de conhecimento. Então esse núcleo que uma das minhas pautas com o executivo que deverá ser criada antes do fim do governo Éden, é justamente para dar assistência tanto técnica quanto advocatícia aos movimentos sociais do nosso município”. (VS4)*

“As associações comunitárias que a gente fundou sempre foram feitas com nosso trabalho, os custos que tinham financeiros sempre fomos nós que arcamos em cartório, pagávamos as taxas que tinha, entregávamos pronto a fundação das associações trabalhava muito nessa parte de associação comunitária junto com Raul Formiga, era um batalhador que hoje ainda continua sendo vereador, naquela época ele foi candidato, não foi eleito e ficou dando esse suporte junto comigo, eu vereadora e ele dava esse suporte para que o trabalho fosse feito. Então, sempre que era necessário arcar com despesas financeiras eram feitas através de nós”. (VM5)

“Como eu disse, era sobre da gente fazer alguma coisa por aquelas pessoas que necessitavam da zona rural, como eu vim da zona rural e depois vim morar na cidade e da cidade também”. (VM6)

“Mais das pessoas carentes em beneficio das pessoas que não tinham moradia, não tinha como chegar ao executivo para falar alguma coisa e eu era a porta voz dessas pessoas”. (VM7)

“Eu sempre procurava conciliar atendimento aos eleitores, visitava sempre às comunidades rurais que eu representava politicamente, além das reuniões ordinárias na câmara e encontro com minha assessoria para elaborar possíveis projetos e requerimentos a serem apresentados por mim”. (VM8)

“De toda forma eu estou to num aprendizado ainda, eu estou ainda caminhando, mas uma das minhas pautas é justamente isso é a conscientização das pessoas pra virem a Câmara municipal para que estejam atendendo eles sintam-se que o processo pede a presença do povo, o povo não só é necessário só no momento da eleição, no momento de eleger o candidato ele precisa tá junto. Essa questão desse trabalho eu sempre me envolvo em todas as áreas. Eu tenho um página no face e peço a sugestão das pessoas que venham me dar sugestões e muitas pessoas me ligam, profissionais por exemplo o conselho tutelar sempre vem a minha procura, os funcionários, os professores onde tiver alguma luta, alguma causa, eu peço para as pessoas estarem me chamando para que eu possa levantar a

bandeira, porque essa participação popular é imprescindível, por que o vereador ele não tem braço para alcançar tudo ele precisa da participação do povo para esteja trazendo isso pra gente as demandas, para que a gente possa ta aqui na Câmara fazendo requerimento, buscando, usando tribuna falando, levando a população, entendeu? O conhecimento da população do que ta acontecendo”. (VM9)

Os dados coletados explicitam a discussão desenvolvida na pergunta anterior, dentro das propostas políticas, as vereadoras dão destaque a pautas de assistência a zonas rurais e ao trabalho em benefício dos excluídos. A atuação das eleitas se concentraria em áreas específicas associadas ao cuidado e ao assistencialismo, é importante destacar que isso não significa que as mulheres teriam uma vocação inata a desenvolver propostas com essas características e há uma pequena diversidade nas propostas de algumas vereadoras.

No entanto, como já elencamos anteriormente, desde as características destacadas pelas vereadoras e em suas propostas prevalece uma política do cuidado, destacamos aqui que isto não parte de uma vocação para essas áreas e sim da naturalização de um *ethos* social. Pinheiro (2006) destaca que tais percepções são incorporadas ao *habitus* social o que significa dizer que as próprias mulheres internalizaram as idéias de que essas seriam suas funções na esfera política.

A divisão sexual do trabalho tem definido as posições de homens e mulheres e convencionalizado representações sociais acerca das funções femininas, resultando representações diferenciadas de homens e mulheres e que orientam o trabalho feminino na política.

Questionamos as vereadoras se em seu mandato foi realizada ou proposta alguma política pública específica para as mulheres no município, destacamos as falas a seguir.

“Não que me lembre no momento”. (VS1)

“Luta contra a violência contra a mulher”. (VS2)

“Sim! Requerimento de uma creche para o Alto Alegre, tendo em vista a distância para as mães”. (VS3)

“Eu tenho muito prazer em te dizer que no meu mandato, é da minha autoria a criação do conselho de direito da mulher e também a solicitação de uma delegacia da mulher para o município de Sumé. No meu primeiro mandato eu também assumi e fui convidada para a secretaria de assistência social do município de Sumé. Foi também

*uma pauta minha a criação de uma casa da cidadania, trouxemos o PROCON. Temos também a solicitação dessa casa, dessa delegacia da mulher justamente para que a mulher possa ter um lugar onde ela possa buscar sua defesa, onde ela possa levar a um público especializado seus conflitos e a minha pauta é esta dentro dos meus mandatos a criação do conselho do direito da mulher e a solicitação de uma delegacia da mulher para o município de Sumé, feita ao governador Ricardo Coutinho e acredito que continuaremos batalhando ai no Governo Ricardo, alias, João Azevedo. **Poderia me dizer como funciona esse conselho?** O conselho terá uma representação como nós chamamos uma representação da sociedade civil, nosso Estado é laico nós sabemos disso mas terá também uma representação das igrejas de outras religiões, candomblé e outras religiões que nós temos espírita, evangélica. Terá representação dos movimentos sociais, das associações comunitárias e a representação do governo. Esse conselho de defesa do direito da mulher é justamente para onde a mulher irá recorrer, deverá ter um número específico que nós iremos criar para que a mulher possa ligar num momento oportuno para que possa ser ajudada, esse conselho deverá ser criado também antes do fim do mandato Éden porque foi um compromisso que ele assumiu conosco”. (VS4)*

“Não, não. Nunca houve não”. (VM6)

“Não, se teve eu não to lembrada. Eu sempre ia reuniões fora, fui tesoureira na câmara de vereadores”. (VM7)

“Não, não houve”. (VM8)

“Destaco a lei apresentada por mim dando direito às mulheres licença a maternidade ampliada de quatro para seis meses as servidoras do município”. (VM8)

“Não, eu não fiz ainda nenhum projeto voltado especificamente a parte feminina. Os projetos que eu tenho sempre envolvem, em tudo a mulher está presente né? Quando você luta, por exemplo, a questão do conselho tutelar nós temos no conselho tutelar três mulheres e dois homens, envolve que a mulher esta inserida em todas as partes da sociedade, é uma luta constante a questão da violência contra a mulher é uma pauta que aqui em Monteiro, graças a deus a gente tem muitos movimentos que falam sobre essa questão da violência, é preciso fazer mais é, é preciso estar pegando os números observando para que a gente possa ver o que realmente ta acontecendo para que a gente possa dar uma atenção especial, mas ainda propriamente voltado para a mulher especificamente ainda não”. (VM9)

Os dados recolhidos através das entrevistas demonstram que das nove vereadoras entrevistadas apenas quatro desenvolveram políticas públicas específicas para as mulheres dos municípios. Dentro do regime representativo, entende-se que os eleitos para os cargos devem representar os diversos grupos que compõem a sociedade, a representatividade dentro da democracia tem relação com as oportunidades de expressão e de “voz política” desses grupos.

Além da escassez de representação, o cenário de representatividade aparece como uma questão dos mandados femininos. Percebemos pelo número considerável de eleitas que não apresentou pelo menos uma política pública específica para as mulheres que mesmo com a ocupação de mulheres nesses cargos não há garantia que maior presença feminina signifique uma maior defesa dos interesses femininos.

Neste sentido, a representação feminina na política não está ligada diretamente com a representatividade das mulheres na política. Podemos inferir que a forma como a cultura política foi construída, bem como, as posições sociais construídas de homens e mulheres parecem invisibilizar as questões femininas na política.

Questionamos também, quanto a participação das mulheres na Câmara como essa participação era observada pelas vereadoras, destacamos as falas a seguir:

“A mulher, sendo mais meiga, é mais cuidadosa e atenciosa com seus eleitores; havendo muitas mulheres no papel de mãe e pai, ficamos à vontade para estarmos mais próximas no sentido de política e eleitor. Ainda é muito pouco o número de mulheres engajadas nessa luta até porque isso requer muito esforço e tempo para se dedicar às causas além de muito difícil conciliar com a cobrança da família pela presença ao seu lado. O desempenho da função de parlamentar precisa ser muito bem administrado principalmente em datas comemorativas como Dia das Mães, aniversários, feriados etc”. (VS1)

“Infelizmente ainda deixa muito a desejar, nós mulheres precisamos ser mais unidas”. (VS2)

“Uma participação tímida, sem incentivo”. (VS3)

“Com muita sinceridade, eu digo que poderia ser muito maior essa representatividade. Nós temos uma Lei que ela diz que de 20 a 30% dos candidatos do partido tem que ser representação feminina, a cota feminina. O que nós vemos e você deve ver também como estudiosa que é, é que a maioria se candidata apenas para fazer numero, elas são convidadas pelos homens do partido para se candidatarem apenas para fechar aquela cota e eu vejo isso com tristeza, eu penso que as mulheres elas tem que se empoderar mais, compreender que o

universo feminino tem uma contribuição muito forte para dar nesse sentido, nós mulheres, sem querer se deter aqui num tom machista ou até feminista demais, mas a mulher ela tem mais sensibilidade para certas situações, a gente tem mais tato para conversar em certas situações e a mulher precisa ser mais representada ela precisa compreender que ela precisa ocupar esse espaço nesse universo, ela precisa ser empoderar dessa situação, então ainda vejo com tristeza porque como você vê no município de Sumé temos apenas uma mulher vereadora e esse numero tem diminuído”. (VS4)

“Eu acredito que muito pouco diferente da minha época. As mulheres que por aqui passaram como vereadoras, eu acho que todas foram no mesmo patamar, ninguém se destacou mais do que a outra, eu acho que nós demos a nossa parcela de contribuição e ficamos todas no mesmo patamar. O trabalho das mulheres sempre foi muito restrito até porque sempre não é porque é preconceito contra mulher, mas sempre a Câmara foi composta mais de homens e você sabe que onde tem homem a ultima palavra sempre é deles, então, não vejo destaque em mulheres como vereadoras aqui em Monteiro não. na realidade a mulher na Câmara ela nunca é escutada assim, a não ser na hora do debate, na hora que vai na tribuna expor suas idéias elas são representadas naquele momento, mas saindo dali também é a mesma coisa é a mesma coisa é mesmo que não ter ido a tribuna”. (VM5)

“Eu não posso falar porque eu não saio mais de casa, eu não frequento mais esses lugares, principalmente a câmara”. (VM6)

“Eu acho que hoje ta bem melhor, apesar de que aqui em Monteiro, a câmara de vereadores só tem uma mulher ainda continua, eu acredito que é preconceito porque aqui várias foram candidatas e não conseguiram se eleger, só os homens são doze homens e uma mulher, quer dizer que continua ainda o preconceito, é o que eu acho”. (VM7)

“Ainda vejo muito tímida a participação da mulher no poder legislativo, defendo e incentivo cada vez mais a mulher disputar espaço na representação política”. (VM8)

“Pouquíssima né, se a gente for analisar. Você pegou o nome de todas que passaram por aqui? você vê que geralmente só tem uma mulher a cada mandato, vamos dizer de treze vereadores eu sou a única mulher, então a gente vê que é pouquíssima, é pouco o numero de mulher era pra ter mais mulheres na câmara, alias em todas as áreas né na política, mas nós temos a parte do executivo a gente já vê que nós temos três prefeitas, Lourdinha Aragão que foi a primeira mulher, Edna Henrique e agora Lorena, então a gente vê que no executivo as mulheres estão imperando, mas no legislativo infelizmente, poucas mulheres participam. Eu acredito que a mulher tem um potencial muito grande, nós vemos a situação de Monteiro mesmo né, doze anos de mulher no poder...doze não... foram quatro de Lourinha, oito de Edna e vamos com mais dois de Lorena, 14 anos né. Eu acho que a mulher tem esse toque especial, a mulher tem esse

emocional e aqui pelo menos no executivo as pessoas estão acreditando no poder da mulher”. (VM9)

Ao perguntarmos sobre como as eleitas vêem a participação da mulher na câmara podemos compreender como estas mulheres se vêem inseridas na política, bem como, as características que estão associadas ao trabalho feminino. As representações sociais das vereadoras associam a participação feminina na câmara aos estereótipos de gênero do que é ser mulher, o que é o trabalho feminino.

As mulheres são descritas como meigas, dóceis, sensíveis, portadoras de um toque especial e emocional, as carreiras femininas associadas a esfera privada. Essas características não seriam cultivadas dentro da esfera política, como é destacado por uma das vereadoras, o trabalho das mulheres, segundo ela, acontece de maneira restrita, mesmo não enxergando a desigualdade de gênero dentro desta dimensão, destaque da vereadora ao dizer que *“a última palavra sempre é deles”* nos permite ter uma dimensão de como o espaço da política ainda é considerado predominantemente masculino.

Bourdieu (2002) destaca que a divisão entre os sexos parece estar na “ordem das coisas”, entendido como natural, de modo que está incorporado nos *habitus* dos agentes sociais, formando esquemas de percepção, de pensamento e de ação. Essa representação social das vereadoras acerca do trabalho feminino e de sua participação na política é naturalizada de forma que elas não reconhecem que a esta restrição citada acontece e que isto é uma desigualdade de gênero. A desigualdade de gênero estaria naturalizada dentro dos aspectos culturais que compõem a sociedade brasileira.

A posição social que é imposta a mulher se perpetua também na esfera política, a construção do que é a posição feminina permeada por comportamentos associados ao cuidado, a fragilidade e a docilidade ainda constituem o imaginário social sobre o trabalho feminino, colocando as carreiras políticas femininas ainda em relação a uma espécie de domesticidade, a imagem da boa mãe que gere a casa e os filhos.

Questionamos também as vereadoras quanto a igualdade entre homens e mulheres quanto a ocupação do legislativo, se estas acreditavam que chegaríamos a um tempo que isto seria possível, destacamos a seguir as respostas.

“Ainda enfrentamos uma era muito machista. Nós mulheres precisamos atuar muito mais, pois ainda estamos longe de vermos reconhecido nosso valor”. (VS1)

“Acredito sim. Porque somos a maioria e só depende de nós mulheres”. (VS2)

“Não, porque o incentivo é pouco e a procura mesmo por elas não há”. (VS3)

“Olha, para que isso aconteça se faz necessário uma reforma que eu cobro muito que é a reforma política, não esse remendo de reforma que foi feito pelo governo Temer, esse governo golpista e ilegítimo que ai está, foi feito um remendo de reforma. Nós precisamos de uma reforma política séria onde não se pulverize tantos partidos, nós temos ai com mais de 30, 40 partidos que estão se fundindo para não perder o fundo partidário e você vê ai estados, países onde a democracia já é consolidada tem 2 ou no Maximo 3 partidos, aqui no Brasil quase 40. Isso mostra a pulverização apenas para receber recurso em tempo de campanha, eu sou contra isso, então é necessário que se faça uma reforma política séria, onde os partidos estejam realmente vestindo a camisa do estatuto dos partidos, se continuar do jeito que está não vai acontecer, eu torço para que aconteça e se nós escolhermos um governo sério voltado para a democracia brasileira e não para ditadura nós poderemos fazer essa reforma política”. (VS4)

“Acredito não. Porque a escassez de mulheres para se candidatar é grande existe mais condições para o homem ser candidato, até porque você sabe que hoje em dia tudo é através de negociações então quem negocia melhor, não querendo diminuir o potencial da mulher, mas quem negocia melhor nesse ponto são os homens, então os homens são mais procurados. Eu tenho condições de falar isso porque fui vereadora junto com Chuta como lhe falei e geralmente sempre quem resolvia as coisas era Chuta, eu nunca fui chamada para questionar, para debater, para falar nada, sempre quando vinham pra resolver alguma coisa procuravam Chuta, a ultima palavra era dele e eu tinha que me contentar porque as coisas sempre eram em torno dos homens”. (VM5)

“Acredito que sim, não é porque eu seja mulher, mas eu acho as mulheres mais esforçadas”. (VM6)

“Eu acredito, com muito esforço, muito trabalho. Agora é preciso que a mulher entre no trabalho para que ela chegue a Câmara de vereadores porque ela só candidatar, jogar seu nome e não trabalhar, não buscar aí ela não chega mesmo”. (VM7)

“Acredito que as mulheres cada vez mais estão crescendo em quantidade na política, no entanto acho improvável que chegaremos a ter um número igual de homens e mulheres na política”. (VM8)

“Eu espero, sinto falta demais de mais mulheres aqui na câmara de vereadores, mas nós estamos caminhando infelizmente pelo que a

gente ta vendo, diante do que a gente ta passando no nosso país nesses últimos dias, infelizmente só Deus para nos mostrar o que vai acontecer, mas eu não tenho tanta esperança não por que uma luta que foi tão grande tão árdua a gente ta vendo nesse processo eleitoral a gente ficando né piorando a situação”. (VM9)

Durante as entrevistas e nas respostas dadas pelas vereadoras estas demonstraram um descontentamento quanto a disparidade na ocupação para o cargo entre homens e mulheres no poder legislativo, elas destacam um problema recorrente que é a invisibilidade das mulheres na política, a falta de apoio as candidaturas de mulheres e a idéia de uma falta de esforço feminino quanto a diminuir essa disparidade.

A partir do estudo das líderes comunitárias Batista (2018, p.43) destaca que essas mulheres deixam de candidatar-se por “considerarem que o homem desperta mais interesse do que as mulheres visto que já consideram a administração de uma associação um trabalho árduo e difícil, pressupõe desta forma governar um município”.

Não seria a falta de esforço feminino a causa principal da baixa representação feminina nestes espaços, a arena política é entendida como um espaço masculino, como fica também destacado na fala de uma das vereadoras “*não querendo diminuir o potencial da mulher, mas quem negocia melhor nesse ponto são os homens, então os homens são mais procurados*”. A partir das representações sociais do comportamento feminino a política como um jogo de negociações não seria um ponto forte das carreiras femininas, ficando condicionadas a sub representação na política devido a um modelo político onde os homens são dominantes desta esfera.

Ainda em Batista (2018) as líderes comunitárias entrevistadas para realização do trabalho em questão afirmaram que a política é coisa de homem, em referência ao fato de não se candidatarem ao legislativo ou executivo, mesmo estando à frente de uma associação comunitária. Neste ponto, evidencia-se a presença do conceito tradicional de política, associado a política partidária e a desvalorização dos movimentos sociais ou de outras formas de organização da Sociedade Civil.

Perguntamos as vereadoras também se existia algo que as inquietava quanto a representação da mulher na política, a falta de representação é um ponto que inquieta as eleitas como fica demonstrado nas respostas destacadas:

“Sim, muitas vezes a falta de atitude e de respeito de alguns políticos”. (VS1)

“O cenário de baixa representatividade das mulheres nas câmaras é lamentável a atuação das mulheres em cargos eletivos ainda é muito baixa”. (VS2)

“A falta de vontade delas de participar”. (VS3)

*“Existe, existe sim. Essa questão, primeiro a mulher não atentar que ela pode participar de forma efetiva dentro do meio político. Política não é coisa só de homens, de machos. Política também é coisa de mulher, até porque ela faz política todos os dias, faz quando acorda, leva o filho pra escola, quando ela procura a melhor escola pro filho, quando ela batalha para pagar as contas no fim do mês, quando ela trabalha fora, quando ela faz a política dentro de casa com o marido e os filhos. Então a mulher ela está preparada, então o que me inquieta é justamente isso, parece que ela não acordou pra isso, parece que o coração dela está muito quieto para isso. É preciso que abramos as nossas mentes para atentarmos que a mulher tem sim espaço na sociedade, agora ela precisa buscar esse espaço. Nós mulheres estamos preparadas, somos cientistas sociais, gestoras públicas, somos engenheiras, somos médicas, somos administradoras, somos advogadas, somos donas de casa, enfim estamos preparadas para enfrentar esse mundo político, mas é necessário que a mulher compreenda que essa vontade precisa partir dela, isso me inquieta muito ainda não houve esse estalo essa coisa de que eu sim, eu posso sim. **Você acha que isso acontece por quê?** Justamente por isso, nós vivemos nessa sociedade machista, paternalista não adianta a gente querer esconder isso. Eu escutei de tantas mulheres ultimamente, “mas por que você vota em fulano?” não cabe aqui colocar, “ah porque meu marido mandou, ah porque meu marido pediu”. Não analisa qual teu melhor candidato e qual a tua posição na sociedade. É preciso que as mulheres compreendam que elas têm espaço sim, e o mesmo espaço que os homens que vai encontrar um preconceito mesmo que velado, vai sim. Mas nós temos força para vencer esse preconceito”. (VS4)*

“Não, pra mim não. Nada me inquieta não, até porque como já frisei hoje em dia não tenho mais aquela paixão por política. Então acho que qualquer mulher que quiser lute pelos seus direitos, pelo seu espaço. É difícil a gente vê um grande exemplo ai Marina, quantos mandatos Marina já vêm disputando e Marina nunca é vista com aquelas idéias aquele projeto, ela não é vista como uma mulher que tivesse capacidade para governar nosso país. (...) Então, a mulher cada uma que procure desenvolver seu trabalho e sobressair, não é fácil, a realidade nossa do nosso país, não é fácil a mulher se sobressair na política facilmente, mas existe os casos assim mais isolados. (...) Temos ai também a deputada federal Dra. Edna que foi eleita junto com o esposo Dr. João Henrique mais uma marca também, uma deputada que saiu como uma das melhores prefeitas da nossa cidade, então a gente vê assim partes isoladas de mulheres se sobressaindo mas o numero é muito pouco, para o numero de

mulheres que tem na população brasileira ainda são poucas as mulheres que se destacam, mas cada um que procure seu espaço”. (VM5)

“Não, eu não acho, no meu ver, eu não acho. Eu acho que deveria as mulheres que tem vontade realizem seus sonhos porque o direito é para todos. Enfrentam mais dificuldade, porque tem umas pessoas que são muito machistas principalmente os homens, não todos, mas tem uns, só isso”. (VM6)

“Eu acho que deveria ser a metade de mulheres. Aqui só tem uma vereadora e foram candidatas umas vinte mulheres e só conseguiu uma. Eu acho que foi falta de trabalho”. (VM7)

“O que me inquieta as vezes é o pouco interesse ainda das mulheres em participarem da política”. (VM8)

“Justamente a falta de mais mulheres se candidatarem de mais mulheres entrarem na política e perder essa vergonha de colocar seu nome a disposição da população é isso que me inquieta e a questão de não ter esse apoio por parte da representação feminina eu não tenho esse apoio, por exemplo, se tem uma mulher que está representando na câmara então era para ter mais apoio de mulheres era pra ter mais gente para ajudar e mais mulheres votando em mulheres as mulheres confiando em mulheres”. (VM9)

A partir das falas das mulheres eleitas para o legislativo dos municípios destacamos o descontentamento quanto a escassa representação feminina na política, este foi um ponto recorrente nas duas últimas questões das entrevistas e questionários. Essa escassez, como destacado também na questão anterior, é entendida como uma falta de esforço das mulheres em participarem da política.

É retratado dentro das falas quando perguntadas sobre a relação da mulher e política que a baixa representação feminina nesses espaços é um problema, a falta de interesse feminino em participar da política é entendida como a causa dessa escassez de representação.

A idéia do desinteresse feminino pela política permeia o imaginário da sociedade e tem sido utilizada como justificativa para a pouca ocupação destes espaços por mulheres, a partir desta lógica são construídos ditos populares como “mulher não gosta de política” que vão naturalizando essa condição, que é na verdade socialmente construída.

Moscovici (2009) afirma que estamos cercados individual e coletivamente por palavras, idéias e imagens que penetram nossos olhos quer queira, quer não e nos atingem de modo que somos capazes de convencionalizar representações de determinados objetos, acontecimentos ou pessoas.

Cabe destacar que esses discursos sobre a relação mulher e política tem sido reproduzidos durante anos, socialmente fortalecendo e justificando o modelo de dominação de um gênero sobre o outro, sendo convencionalizados como forma lógica de explicação para a questão da representação e representatividade feminina.

A partir disso e dos resultados demonstrados neste estudo, evidencia-se a existência de uma lógica estereotipada, que enfatiza as representações de gênero e como estas tem sido incorporadas as concepções sobre o comportamento das mulheres que as próprias vereadoras tem e ao imaginário social como forma hegemônica de justificar a escassez de representação feminina na política.

Desta forma, este trabalho pretende contribuir para a reflexão sobre a realidade social do Cariri Paraibano, no que tange a participação política da mulher no legislativo de forma a servir como banco de dados sobre a condição situacional política do Cariri atual, haja vista a escassez de pesquisa sobre a região. Neste ponto o Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (CDSA), campus da UFCG tem contribuído enquanto produtor de conhecimento sobre a região, o que pode fomentar a elaboração de Políticas Públicas para o desenvolvimento local.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caminho percorrido pelas mulheres a fim de conquistar o direito a ocupar o espaço público e exercer sua cidadania de forma plena tem sido árduo. Dentro desse percurso alguns aspectos merecem ser debatidos: a subordinação feminina à esfera privada e do lar através da divisão sexual do trabalho, os preconceitos que estas enfrentam dentro da prática política e construção de uma cultura política arraigada ao patriarcalismo, merecem destaque.

Durante muito tempo as mulheres estiveram marginalizadas da política, mesmo com a legitimação do direito ao voto, a representação política e a política de cotas, isto não tem sido suficiente para modificar a gritante diferença na ocupação do espaço político em relação aos homens. Neste sentido, a compreensão da questão de gênero através inserção feminina na política, dá visibilidade a essas questões rompendo o silêncio teórico sobre o tema, bem como, contribuindo com a produção de conhecimento sobre a relação entre mulher e política.

O desenvolvimento do presente trabalho possibilitou compreender como estes aspectos permeiam a questão da representação e representatividade feminina. Há, então, assimetrias entre representação feminina e representatividade feminina, mesmo com a ocupação de mulheres em cargos políticos não significa a maior representatividade feminina na política, destacadas por este trabalho na ausência de uma agenda/pauta política das vereadoras voltadas especificamente para o público feminino, o que nos mostra a dimensão da divisão sexual do trabalho dentro da esfera política para mulheres que delimitam muitas vezes o imaginário sobre que funções e áreas onde mulher deve atuar na política.

Os resultados encontrados através dos relatos das vereadoras apontam para uma atuação feminina na política focada em temas sociais que remetem as posições delegadas as mulheres tradicionalmente, posições associadas a esfera do cuidado e da sensibilidade, cabe destacar o foco ao trabalhar com políticas de assistência a grupos considerados carentes, a idéia de serem porta-vozes dos “excluídos”.

A partir disso, destacamos que as representações sociais das vereadoras reproduzem discursos sobre o trabalho feminino na esfera política como ligado a sensibilidade, ao zelo e a emotividade, entendida como um “toque especial” feminino.

Esses discursos são comumente naturalizados na sociedade, convencionalizando representações sociais do trabalho feminino socialmente construídas e partilhadas coletivamente. Estas representações estão incorporadas nos discursos e fazem parte do *ethos*

social aos quais as vereadoras estão inseridas, internalizando e reproduzindo estes discursos dentro de suas funções na política.

A polarização público-privado/masculino-feminino tem sido timidamente rompida por estas mulheres ao ocuparem cargos dentro do poder legislativo, no entanto, a partir deste estudo, destacamos a importância da representatividade feminina, de dar voz as pautas políticas das mulheres dentro do âmbito público. O feminismo tem pressionado o rompimento dessa polarização com seu slogan “o privado também é público”, de modo que ao dar visibilidade a subordinação da mulher a esfera privada seria o início para as transformações sociais.

Portanto, este estudo pretende contribuir com a discussão acerca das questões de gênero dentro das Ciências Sociais por meio do estudo da relação mulher e política, dando visibilidade a problemática da sub-representação feminina na política, especificamente as questões sobre representação e representatividade feminina na região do Cariri Paraibano.

Dentro do Ensino de Sociologia faz-se necessário a discussão a respeito das questões de gênero, estas permeiam as estruturas e as relações sociais, este trabalho visa contribuir no sentido de dar luz as questões sobre a escassa participação feminina na política, sendo utilizados no ensino de sociologia para explicar categorias como estereótipos de gênero, divisão sexual do trabalho e a cultura política patriarcal brasileira.

Desta forma, se espera que este estudo contribua de forma significativa nas Ciências Sociais, bem como na sociedade como um todo, especificamente aos povos do cariri. Este trabalho busca enfatizar diretamente os elementos da política no Cariri Paraibano, tendo em vista que os atores sociais principais deste estudo são as mulheres vereadoras desta região, este trabalho pretende dar visibilidade a esta realidade e, conseqüentemente a essas mulheres, bem como ao processo de acesso feminino as esferas de poder.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Angela Maria de Oliveira. **Abordagem societal das representações sociais.** Soc. estado. [online]. 2009, vol.24, n.3, pp.713-737. ISSN 0102-6992.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico:** elaboração de trabalhos na graduação. 10ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ARAÚJO, Clara. **Mulheres e Representação Política: a experiência das cotas no Brasil.** Revista Estudos Feministas, vol. 6, n.º4, 1998, pp. 71-91.

ARAÚJO, Clara. **Potencialidades e limites da política de cotas no Brasil.** Revista Estudos Feministas, vol. 9, núm. 1, segundo semestre, 2001. Santa Catarina, Brasil: Universidade Federal de Santa Catarina. pp. 231-252.

ARENDT, Hannah. **O que é política.** Tradução: Reinaldo Guarany. 3ªed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil Ltda, 2002.

BATISTA, Patrícia Fabiana de Oliveira. **Protagonismo político feminino em lideranças comunitárias na cidade de Sumé – PB.** 2018. 54 f. Monografia – Universidade Federal de Campina Grande – Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido, Sumé. 2018.

BEAUVOIR, Simone. **Segundo Sexo II: A experiência vivida.** Tradução: Sérgio Milliet. 2ª ed. São Paulo: Difusão Europeia do livro, 1967.

BENEVENTO, Claudia Toffano; SANTANA, Vagner Caminhas. **O conceito de gênero e suas representações sociais.** In: Revista Digital. Buenos Aires, Ano 17, Nº 176, Enero de 2013. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd176/o-conceito-de-genero-e-suas-representacoes-sociais.htm>>

BIROLI, Flávia. **Gênero e Desigualdades: os limites da democracia no Brasil.** Ed. 1. São Paulo: Boitempo, 2018.

BORDIEU, Pierre. **A dominação masculina.** Tradução: Maria Helena Bertrand Brasil Kühner. 11ª ed. Rio de Janeiro: Best Bolso, 2014.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **Os herdeiros: os estudantes e a cultura.** Tradução Ione Ribeiro Valle, Nilton Valle. Ed. 2. Florianópolis: Editora da UFSC, 2018.

CABECINHAS, Rosa. **Investigar representações sociais: metodologias e níveis de análise**(pp.51-66). In Baptista, M.M. (ed.) *Cultura: Metodologias e Investigação*. Lisboa: Verso Edições, 2009.

CAPELLE, Mônica Carvalho; MELO, Marlene Catarina de Oliveira Lopes; GONÇALVES, Carlos Alberto. “Análise de conteúdo e análise de discurso nas ciências sociais”. In: **Revista de Administração da UFLA**, v. 5, n.1, jan – jun. 2003.

CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. **Gênero: uma perspectiva global**. São Paulo: InVerso, 2015.

COSTA, Albertina de Oliveira. BRUSCHINI, Cristina. **Uma questão de gênero**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

FARAH, Marta Ferreira Santos. **Gênero e Políticas públicas**. *Revista Estudos Feministas*, p.47-71. Jan/abri. 2004.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas em pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.
GUARESCHI, Pedrinho A. (org). **Textos em representações Sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

HOLANDA, Sergio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Ed. 26. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JODELET, Denise. **As representações sociais**. Rio de Janeiro: Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2001.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. Ed. 5. São Paulo: Atlas, 2003.

LIMA, Elizabeth Christina de Andrade; COSTA, Ana Paula Guedes do Nascimento. **Participação feminina nos espaços de poder: Atuação parlamentar e condição de gênero – O caso da Assembleia Legislativa da Paraíba**. In: OLIVEIRA, Ricardo Costa de. (Coord.). *Nepotismo, parentesco e mulheres*, 2016.

LIMA; Elizabeth Christina de Andrade; NASCIMENTO; Ana Paula Guedes do; PONTES, Carolina de Moura Cordeiro. **A disputa e a sub-representação das mulheres nos espaços de poder: o caso da Assembléia Legislativa da Paraíba**. *REVISTA NEP (Núcleo de Estudos Paranaenses) Curitiba*, v.2, n.2, p. 299-333.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O conceito de representações sociais dentro da Sociologia Clássica.** In: GRARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra. (Orgs.). Textos em representações sociais. Ed. 2. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

MORAES, Thiago Perez Bernardes de. ; SANTOS, Romer Mottinha; TORRECILLAS, Geraldo Leopoldo da Silva; LEÃO, Elany Castelo de Souza. **Mulheres, política e sub-representação. Um estudo sobre a correlação entre qualidade da democracia, ideologia e mulheres nos parlamentos.** Revista Derecho y Cambio Social, 2014. ISSN: 2224-4131.

MOSCOVICI, SERGE. **Representações Sociais: Investigações em psicologia social.** Tradução: Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

OLIVEIRA, Renata Andrade de. **Os condicionantes da sub-representação feminina na América Latina.** In: 10º Encontro Ciência Política e a Política: Memória e Futuro. Belo Horizonte: Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, 2016, p.1 -21.

PINHEIRO, Luana Simões. **Vozes Femininas na Política: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-constituente.** Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2007.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

RIOT-SARCEY, Michèle. **A democracia representativa na ausência das mulheres.** Revista Estudos Feministas. Florianópolis, Brasil. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16108/14651>>

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade.** São Paulo: Quatro Artes-INL, 1969.

SANTOS, Duília Dalyana Ribeiro dos. **LUGAR DE MULHER É NA POLÍTICA: um raio-x da inclusão e equidade de gênero no cenário político paraibano.** 2017. 50 f. Tese (Especialização em Gestão das Políticas Públicas) – Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido, Universidade Federal de Campina Grande, Sumé. 2017.

SCOOT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** Texto original: Joan Scott – Gender: a useful category of historical analyses. Gender and the politics of history. New York, Columbia University Press. 1989. Tradução: Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila.

TELLES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil e outros ensaios**. São Paulo, 2017.

Tribunal Regional Eleitoral – Resultado de Eleições. Disponível em: <<http://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/resultados>>.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VALDIVIESO, Magdalena [et.al.]; Coordenado por Alba Carosio. **Feminismo y cambio social en América Latina y El Caribe** . Ed 1 . Ciudad Autónoma de Buenos Aires : CLACSO, 2012.

VIEIRA, Sonia. **Como elaborar questionários**. São Paulo: Atlas, 2009.

APÊNDICES

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Sr.(a)

Eu, Ariane Alves da Silva, como aluna do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande/Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido – Campus- Sumé-Pb, pretendo desenvolver uma pesquisa com as candidatas eleitas para o cargo de vereador nos municípios de Sumé – PB e Monteiro – PB, intitulado de **“ELAS POR ELAS”: A REPRESENTAÇÃO FEMININA NO LEGISLATIVO NOS MUNICÍPIOS DE SUMÉ E MONTEIRO-PB**, com o objetivo geral compreender a questão da representação feminina nos espaços de poder político, sob orientação da Prof^a Dra. Sheylla de Kassia S. Galvão (pesquisadora responsável). Esta pesquisa se realizará através de entrevista semiestruturada contendo perguntas abertas e fechadas.

Informamos que será garantido o direito ao anonimato, assegurando sua privacidade. Você será livre para retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária, pois não acarretará qualquer dano nem custos para você. Esclarecemos que não será disponível nenhuma compensação financeira e que os dados contidos nesta investigação serão divulgados em eventos científicos da categoria e em periódicos.

Diante do exposto, reitero minha responsabilidade no referido estudo, através da assinatura abaixo:

Atenciosamente,

Sheylla de Kassia S. Galvão

Fone: (83) 3353.1850

Consentimento do voluntário.

Declaro que fui devidamente esclarecido (a) e admito que revisei totalmente e entendi o conteúdo deste termo de consentimento.

Eu, _____, aceito participar desta pesquisa desde que assegurado o anonimato. De minha parte o faço de livre e espontânea vontade, não tendo sido forçado ou coagido para tal, e ciente de que os dados serão usados pela responsável pela pesquisa com propósitos científicos.

Sumé, __/__/____

Assinatura do Participante

Endereço da pesquisadora responsável (trabalho): Sheylla de Kassia S. Galvão
Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido –CDSA/UFPG Rua Luiz Grande, S/N - Sumé-
PB - CEP 58540-000 - Telefone: (83) 3353.1850

e-mail: skgalvao@gmail.com

Endereço da pesquisadora responsável (trabalho): Ariane Alves da Silva

Telefone para contato: (83) 9 98602484

E-mail: alves.ariane5@gmail.com

APÊNDICE B- INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS**ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI ESTRUTURADA/ QUESTIONÁRIO****PARTE 1: APRESENTAÇÃO**

NOME?
IDADE?
ONDE NASCEU?
ESTADO CIVIL?
FORMAÇÃO?
TEM FILHOS? SE SIM, QUANTOS?

PARTE 2: CARREIRA POLÍTICA

COMO FOI O PROCESSO QUANDO ENTROU NA POLÍTICA?

COM QUANTOS ANOS ENTROU PARA A POLÍTICA?

EM QUE ANO SE CANDIDATOU A PRIMEIRA VEZ? FOI A ÚNICA?

QUAL FOI O PARTIDO? MUDOU OU SE MANTEVE NO MESMO?

QUAL O CRITÉRIO PARA A ESCOLHA DO PARTIDO?

O QUE TE MOTIVOU A SE CANDIDATAR?

VOCÊ JÁ POSSUIA ALGUM PARENTE DENTRO DESSE UNIVERSO?

VOCÊ ACHA QUE DENTRO DA CÂMARA DE VEREADORES POR SER MULHER ENFRENTOU ALGUMA DIFICULDADE OU FOI VÍTIMA DE PRECONCEITO?

VOCÊ PODERIA ELEGER AS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO SEU MANDATO?

QUANTO A SUA AGENDA/PAUTA POLITICA (PROPOSTAS), COMO SE DEU/DAVA?

EM SEU MANDATO HOVE ALGUMA POLITICA PÚBLICA ESPECIFICA DESTINADA AO PÚBLICO FEMININO?

VOCÊ PODERIA FALAR UM POUCO A PARTIR DE HOJE, COMO VOCÊ OBSERVA A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA CÂMARA?

VOCÊ ACREDITA QUE CHEGAREMOS NUM TEMPO EM QUE HAVERÁ IGUALDADE ENTRE HOMENS E MULHERES NA CÂMARA, EM TERMOS DE QUANTIDADE? POR QUÊ?

EXISTE ALGO QUE TE INQUIETA NA POLITICA EM RELAÇÃO A REPRESENTAÇÃO DA MULHER?

GOSTARIA DE ACRESCENTAR ALGUMA FALA, COMENTÁRIO, SUGESTÃO?